



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**A PAZ TEM ROSTO DE MULHER? AS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS  
FEMINISTAS PARA SE PENSAR A PAZ**

**ALICE VAZARIN PEREZ**

Foz do Iguaçu  
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**A PAZ TEM ROSTO DE MULHER? AS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS  
FEMINISTAS PARA SE PENSAR A PAZ**

**ALICE VAZARIN PEREZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas

Foz do Iguaçu  
2024

Alice Vazarin Perez

## **A PAZ TEM ROSTO DE MULHER?**

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS FEMINISTAS PARA SE PENSAR A PAZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas  
UNILA**

---

**Prof. Dra. Karen dos Santos Honório  
UNILA**

---

**Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita  
UNILA**

**Foz do Iguaçu, 09 de abril de 2024**

*Coragem!  
As palavras dentro de você  
Não serão fáceis de dizer  
Mas prepare pra sentir alívio  
Quando o medo for vencido.  
(PENSE, CORAGEM)*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de começar agradecendo as pessoas mais importantes da minha vida. Sem todo o apoio, acolhimento e compreensão por parte de vocês, Waltinho e Valquirinha, e sem todos os ensinamentos ao longo da vida eu nunca teria tido coragem e força pra voar. Agradeço também ao meu irmão Gabriel que sempre esteve presente, escutando e me ajudando em todo e qualquer problema que tivesse envolvendo a universidade (e a vida), agradeço muito a chance de, além de meu irmão, poder te chamar de amigo.

Agradeço muito a minha melhor amiga, Carolina, que sempre esteve aqui me lembrando que eu era capaz, que me acompanhou por todo meu caminho na graduação, mesmo a distância, e sempre lutou com seus próprios medos para poder estar comigo. Fica aqui também meu agradecimento aos meus amigos de Rio Preto, Gabriel, Isa e todos os demais que fiz no caminho e que acompanharam minhas felicidades e tristezas estando longe.

Também quero agradecer as minhas divas Heloíse, Maria Eduarda, Júlia e Leticia que me aguentaram ao longo de toda a graduação, todos os dias, todas as aulas e conseguiram transformar os anos de pandemia e os semestres presenciais em uma experiência mais leve e suportável.

Agradeço ao meu orientador por toda confiança e apoio ao longo de toda a minha graduação, foram duas iniciações científicas e um TCC (e agora um mestrado pela frente) que me fizeram crescer muito como pessoa e pesquisadora. Agradeço também a todos os professores que passaram por mim ao longo da minha formação, desde o colégio até a universidade.

Por fim eu gostaria de agradecer imensamente a UNILA pela oportunidade de estar onde eu estou, estudando o que estudo e conhecendo as pessoas que conheço.

PEREZ, Alice Vazarin. A Paz tem Rosto de Mulher? As Contribuições das Teorias Feministas para se pensar a Paz. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacionais e Integração — Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as principais contribuições das teorias feministas para se pensar a paz, assim como conceitos atrelados a ela, como poder e violência, para entender, a partir disso, a forma como a paz feminista é abordada dentro da Organização das Nações Unidas. Dentro disso, seu objetivo é, mais especificamente, desenvolver o que seria a paz e como as teorias feministas auxiliam no desenvolvimento de tal estudo, através dos antecedentes, temas comuns e críticas realizadas pelas perspectivas feministas para a paz. Assim, primeiramente o trabalho se debruçará nos principais pontos para se entender os Estudos para a Paz, como os precursores e, através dos conceitos importantes para a teoria, entender os caminhos da ampliação dos conceitos de paz e as novas agendas. Posteriormente será apresentado as contribuições das teorias feministas para essa ampliação da agenda de paz, por meio das conexões apresentadas entre o feminino e a paz e suas críticas. Por fim, o trabalho visa, através da análise das conferências e resoluções sobre mulher e paz da ONU, entender como essa teoria de paz feministas está ou não presente nas ações práticas de construção da paz.

**Palavras chave:** Teorias Feministas, Estudos para a Paz, Organização das Nações Unidas e Paz Feminista.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar las principales contribuciones de las teorías feministas para pensar en la paz, así como conceptos relacionados con ella, como poder y violencia, para entender, a partir de ello, cómo se aborda la paz feminista dentro de la Organización de las Naciones Unidas. Dentro de esto, su objetivo es, más específicamente, desarrollar qué sería la paz y cómo las teorías feministas ayudan en el desarrollo de dicho estudio, a través de los antecedentes, temas comunes y críticas realizadas por las perspectivas feministas para la paz. Así, primeramente el trabajo se enfocará en los principales puntos para entender los Estudios para la Paz, como los precursores y, a través de los conceptos importantes para la teoría, comprender los caminos de la ampliación de los conceptos de paz y las nuevas agendas. Posteriormente se presentarán las contribuciones de las teorías feministas para esta ampliación de la agenda de paz, mediante las conexiones presentadas entre lo femenino y la paz y sus críticas. Por último, el trabajo tiene como objetivo, a través del análisis de las conferencias y resoluciones sobre mujer y paz de la ONU, entender cómo esta teoría de paz feminista está o no presente en las acciones prácticas de construcción de la paz.

**Palabras clave:** Teorías Feministas, Estudios para la Paz, Organización de las Naciones Unidas y Paz Feminista.

## ABSTRACT

The present work aims to present the main contributions of feminist theories to the understanding of peace, as well as concepts related to it, such as power and violence, to understand, from this perspective, how feminist peace is approached within the United Nations Organization. Within this framework, its specific objective is to develop what peace would be and how feminist theories assist in the development of such a study, through the background, common themes, and criticisms made by feminist perspectives on peace. Thus, initially, the work will focus on the main points to understand Peace Studies, such as the precursors and, through important concepts for the theory, understand the paths of the expansion of peace concepts and the new agendas. Subsequently, the contributions of feminist theories to this expansion of the peace agenda will be presented, through the connections made between the feminine and peace and their criticisms. Finally, the work aims, through the analysis of conferences and resolutions on women and peace from the UN, to understand how this feminist peace theory is or is not present in practical actions of peacebuilding.

**Keywords:** Feminist Theories, Peace Studies, United Nations Organization, and Feminist Peace.



## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1. AS PERSPECTIVAS SOBRE OS ESTUDOS PARA A PAZ</b>	<b>14</b>
<b>1.1. ANTECEDENTES DOS ESTUDOS PARA A PAZ</b>	<b>14</b>
<b>1.2. CONCEITOS IMPORTANTES PARA SE ENTENDER A PAZ</b>	<b>19</b>
<b>1.3. PARA QUEM É A PAZ? NOVAS PESQUISAS DOS ESTUDOS PARA A PAZ</b>	<b>25</b>
1.3.1 COLONIALIDADE E A PAZ	28
<b>1.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS</b>	<b>31</b>
<b>2. AS CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA OS ESTUDOS PARA A PAZ</b>	<b>33</b>
<b>2.1 “O PESSOAL É POLÍTICO”: O FEMINISMO COMO TEORIA</b>	<b>33</b>
2.1.1 TEORIAS FEMINISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	34
<b>2.2 ESTABELECENDO CONEXÕES ENTRE A PAZ E O FEMINISMO/FEMININO</b>	<b>39</b>
2.2.1 TEORIAS FEMINISTAS PARA A PAZ	41
2.2.2 “COMO SE FAZ OS ESTUDOS PARA A PAZ FEMINISTA?” METODOLOGIA PARA OS ESTUDOS FEMINISTAS DE PAZ	47
<b>2.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS</b>	<b>51</b>
<b>3. APLICABILIDADE DAS TEORIAS FEMINISTAS NAS RESOLUÇÕES DA ONU</b>	<b>53</b>
<b>3.1. A DÉCADA DAS MULHERES E OS PRIMÓRDIOS DE SE PENSAR MULHERES E PAZ NA ONU</b>	<b>53</b>
<b>3.2. O QUE FOI A AGENDA DE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA?</b>	<b>57</b>
3.2.1. ANALISANDO O RELATÓRIO ANUAL 2020-2021 E A APLICABILIDADE DA WPS	61
<b>3.3. CRÍTICAS À ABORDAGEM DE GÊNERO DA ONU DENTRO DA AGENDA</b>	<b>64</b>
<b>3.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS</b>	<b>68</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>73</b>

## INTRODUÇÃO

A história da paz é tão antiga como a história da própria humanidade, e certamente tão antiga como a guerra. É uma história de progresso, muitas vezes em circunstâncias muito difíceis [...] a guerra é frequentemente considerada como o estado natural da humanidade, sendo a paz, seja ela qual for, frágil e efêmera. (RICHMOND, 2014, p. 21)

Bem como Oliver Richmond inicia seu livro *Peace: A Very Short Introduction*, a ideia de paz sempre esteve presente na história, caminhando junto aos processos históricos envolvendo a formação dos Estados, o desenvolvimento das ciências sociais e, posteriormente, a criação de uma área de estudo do internacional. Desse modo, assim como todos os temas citados anteriormente, o conceito e a ideia sobre paz sofreu modificações, se tornou mais complexo e, gradualmente, começou a se desvincular do conceito de guerra, por si só. Entretanto, é apenas nos anos 60, junto a institucionalização da área de Relações Internacionais, que os Estudos para a Paz vão se intensificar por meio do desenvolvimento de teorias e conceitualizações próprias.

Se inicia, desta forma, a incorporação de um compromisso mais claro para com a área de se desenvolver uma pesquisa ligada à não-violência e à organização pacífica, pensando no meio internacional porém entendendo como o regional e o local tem um papel importante nesse processo (OLIVEIRA, 2017). Com isso, se inicia uma ampliação dos conceitos importantes para se pensar a paz, a guerra e o conflito armado deixam de ser o protagonista nas discussões e noções como paz positiva e negativa, violência - e a própria ampliação desse conceito -, poder e segurança passam a tomar o vocabulário dos estudos. A paz deixa de ser pensada simplesmente como o oposto da guerra e passa a ser entendida através de uma série de fatores, políticos e sociais, que englobam as noções de violência estrutural e cultural, inseguranças e, na idealização da teoria, questões de desigualdades de gênero, classe e raça.

É possível identificar algumas gerações de teorias e práticas de Estudo para a Paz, sendo elas: gestão de conflitos, resolução de conflitos, construção da paz liberal e construção da paz pós-liberal (RICHMOND, 2014). Em cada uma se pode ver diferentes entendimentos e noções do que é um conflito, quais as causas e como gerir tais processos (MCLEOD; O'REILLY, 2019). Assim, as ideias e

vocabulários expostos anteriormente podem passar por significados diferentes e, conseqüentemente, diferentes princípios do que é historicamente importante.

Desse modo, a ampliação das noções de paz e segurança, por meio do desenvolvimento de uma teoria dos Estudos para a Paz mais crítica, dá abertura para a implementação de teorias críticas como as teorias feministas, teorias de raça, entre outras, no escopo de formação de uma sociedade pacífica. Ao mesmo modo que se amplia tais noções, também se amplia as maneiras de se pensar a insegurança, isso é, entender como se estabelece uma sociedade pacífica e, até que ponto o fim de uma guerra traz esse resultado. Com isso, se inicia um movimento de teóricas feministas para se entender como a ideia behaviorista de sociedade pacífica pode ou não estar ligada às noções de gênero (CONFORTINI, 2012).

A produção do conhecimento sempre esteve ligada a um perfil masculino, conseqüentemente, as mulheres não eram vistas com papel ativo no desenvolvimento de pesquisas. Com isso, tem-se uma divisão e separação muito clara entre a mulher no cenário doméstico, privado e o homem como detentor do público e internacional (TICKNER, 1997; SANTOS, 2011). Ademais, quando se pensa na paz, o feminino está presente na categoria de vítima e quase nunca como promotora de ações como a paz, quando está do outro lado, seu compromisso se restringe a atividade do cuidado e de apoio (ENLOE, 2000).

Assim, se pode entender que as teorias feministas na paz, da mesma forma que nas Relações Internacionais no geral, foram e ainda são marginalizadas. Isso se dá principalmente pois as análises desses grupos sobre paz e violência seguiram o caminho de não se pensar as abordagens como um corpo fechado de conceitos, possibilitando constante transformação e indagações sobre os conceitos então vigentes e discutidos (SANTOS, 2011). Ademais, as teorias feministas dentro dos Estudos para a paz possibilitaram o alargamento das noções de insegurança e justiça social, ideias protagonistas do conceito de paz positiva e dos Estudos para a Paz mais críticos, principalmente devido a ideia de se pensar a paz feminista através de um conceito micro, destacando práticas e violências cotidianas, focalizando, de certa forma em sistemas de dominação e resistências contra o mesmo (GALTUNG, 1990; TICKNER, 1997; SANTOS, 2011).

Dessarte, as teorias feministas para a paz caminham com o objetivo de se pensar: Para quem é a paz? Como se pode definir uma sociedade pacífica? Em

uma sociedade na qual a produção do conhecimento hegemônico sempre esteve ligado a um perfil branco, hetero, masculino e anglosaxão, o esforço dos feminismos são, acima de tudo, questionar até que ponto esse conhecimento não reforça processos de exclusão, epistemicídios e violências, diretas e/ou indiretas. As teorias, assim, se iniciam por meio das críticas para com as formas se pensar como se desenvolve a paz sem os questionamentos de como tais ideias refletem de maneira diferente em diferentes camadas da sociedade. Além disso, entender a complexidade de se pensar como uma sociedade sem conflitos não necessariamente significa uma sociedade pacífica.

O livro *A Guerra não tem Rosto de Mulher*, da autora Svetlana Aleksievitch (2016) expõe, ao longo de suas reflexões, como o cenário e o ambiente de guerra é historicamente desvinculado da mulher e, conseqüentemente, rostos femininos não são lembrados ao se pensar tais momentos. Então, se a guerra não tem rosto de mulher, a paz teria? Logo, este trabalho buscará, através do uso metodológico da revisão bibliográfica, desmembrar as teorias feministas para a paz e suas contribuições para com os Estudos para a Paz, a fim de delimitar a maneira como se surgem as indagações sobre o papel do gênero nesses estudos e suas contribuições para com o desenvolvimento de uma teoria mais ampla de paz duradoura, entendendo, assim a presença feminina no processo de paz.

O trabalho apresenta algumas críticas a ambas teorias, por meio do delineamento e do uso da teoria decolonial para se pensar nos processos de paz, uma vez que a colonialidade está constantemente presente nas missões, representando cenários de conflitos que, em sua maioria, decorrem de processos coloniais e denominações históricas. E tem como objetivo chegar a uma resposta a pergunta: a paz tem rosto de mulher?

Para isso, o primeiro capítulo visa apresentar os antecedentes dos Estudos para a Paz e os principais processos que levaram ao desenvolvimento desta área do conhecimento. Serão trabalhados o contexto histórico de surgimento das teorias e os acontecimentos que levaram à ampliação e complexificação dos conceitos presentes dos estudos. Além disso, será exposto os principais conceitos para se entender como desenvolve os Estudos para a Paz, através dos trabalhos de Johan Galtung (1969, 1975) será delimitado conceitos como a própria ideia de paz, sua separação entre paz positiva e paz negativa e as definições de violência, como violência direta, indireta, estrutural, cultural, simbólica, entre outras que o autor

utiliza como uma forma de categorizar as diferentes formas de se combater o conflito e alcançar a paz. Além disso, entender conceitos como *peacekeeping* e *peacebuilding* serão importantes para os próximos capítulos. Por fim, este primeiro capítulo tem um objetivo final de pensar, de forma crítica, como se estabelece as novas agenda do Estudos para a Paz, para que cronologicamente seja possível inserir as teorias feministas.

É de papel do segundo capítulo apresentar as ideias referentes a paz feminista e suas contribuições para a paz. Para isso, inicialmente será importante uma contextualização sobre o desenvolvimento da teoria feminista dentro do campo das Relações Internacionais, assim entendendo como se deu a luta de teóricas feministas como Cynthia Enloe e Tickner para colocar o feminino dentro do meio internacional. A partir disso, será possível delimitar as conexões entre o gênero e a paz, afim de entender os caminhos trilhados para se chegar a uma teoria feminista para a paz e uma noção de paz feminista. Para isso, será necessário apresentar a genealogia desse processo, além de trazer, com o rigor acadêmico o desenvolvimento da metodologia para a pesquisa feminista para a paz, metodologia essa que se coloca como o diferencial entre as teorias crítica para a paz.

Por fim, o terceiro capítulo tem como objetivo entender, de maneira empírica, como se dá, dentro das resoluções e processos das Nações Unidas, a presença ou ausência da categoria de gênero e o uso das teorias feminista para a paz a fim de se pensar a mulher, o internacional e a guerra. Para isso será necessário entender os primórdios da agenda sobre mulheres, através da Década das Mulheres na ONU, para posteriormente chegar à grande Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança, resultado da Resolução 1325 do Conselho de Segurança. Com tais apresentações e delineamento será possível, ao fim do capítulo apresentar e entender as críticas das teóricas feministas da paz para com tais processos que, na teoria, se colocam como grandes avanços na agenda de gênero e paz, no cenário internacional, mas na prática reforçam e mesmo ampliam preconceitos e noções desiguais de poder.

## 1. AS PERSPECTIVAS SOBRE OS ESTUDOS PARA A PAZ

Este capítulo pretende desenvolver os antecedentes dos estudos para a paz, suas principais agendas e como funcionam os processos de peacebuilding e resoluções para o exercício do desenvolvimento da paz. Para isso será realizado um apanhado histórico e teórico sobre o que é paz e como os estudos surgiram com o objetivo de desenvolver uma pesquisa científica e chegar a conclusões mais concretas sobre tal. Além disso, será o papel deste capítulo apresentar alguns conceitos importantes para se entender a área, como violência e suas diferentes definições, *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding* e, conseqüentemente, melhor entender os próximos capítulos deste trabalho. Ademais, o capítulo visa apresentar as novas formas de se pensar paz, pensando sobre os conceitos de colonialidade e a necessidade de se desenvolver uma ideia a partir do entendimento de uma paz positiva e suas intersecções com outras teorias das Relações Internacionais.

### 1.1. ANTECEDENTES DOS ESTUDOS PARA A PAZ

A paz esteve sempre presente nas filosofias e questionamentos sobre a natureza humana e suas relações (YOUNG, 2013). As ideias de como o mundo pode se tornar um ambiente pacífico abre caminho para o desenvolvimento de várias questões e ideias. O que é paz? O que seria um mundo pacífico? Qual seria o oposto da paz? Qual o papel da guerra para o estabelecimento ou não desse estado pacífico? Ao perguntar para qualquer pessoa o que é paz terá as mais diferentes respostas. A paz como um conceito pode ser muito subjetiva a interpretação baseadas em características como política, demografia, cultura, religião, língua, sociedade, entre outras muitas coisas (RICHMOND, 2020).

Diversas questões surgem e poucas respostas para ela existem efetivamente. A ideia da paz está presente nas discussões humanas desde que se tem registros, filósofos caminham em seus pensamentos maneiras de se alcançarem a paz (FERREIRA, 2019, p. 47). Não se pode pensar na ideia de paz como uma invenção moderna, ela esteve presente cotidianamente nas sociedades, Estados e nas próprias relações internacionais ao longo da história (RICHMOND, 2014). A paz estabelece uma bifurcação onde dois lados são importantes historicamente, primeiro nos processos políticos e práticos contra as violências e

guerras, ativistas e políticos são nomes que colocaram a frente no desenvolvimento de uma ideia de paz, Gandhi, Martin Luther King Jr, entre outros (FERREIRA, 2019). Em segundo, e com muito conteúdo para se entender as questões, têm-se as filosofias e declarações, historicamente, presentes no desenvolvimento das sociedades, Richmond (2014) coloca exemplos como a Declaração Persa dos Direitos Humanos, a própria filosofia chinesa chamada Confúcio, a Carta Magna de fundação da Inglaterra, entre outros.

Nigel Young em seu artigo *Conceitos de Paz: de 1913 para o presente*, tradução do nome original *Concepts of Peace: from 1913 to the present*, expõe as três tradições históricas, e essencialmente do norte global, sobre o desenvolvimento da paz. A primeira diz respeito às tradições de paz que já existiam antes das guerras mundiais, sendo elas os ideais liberal e socialista internacional, sendo seu deterioramento com o Palácio da Paz e as Conferências de Haia de 1899 e 1907 e o fracasso da Segunda Internacional Socialista, que tinha como objetivo a prevenção da guerra (YOUNG, 2013).

Já a segunda tradição, estabelecida após a primeira guerra mundial, representa uma remanescência do antimilitarismo e de um internacionalismo ligado à resistência contra a guerra, representando uma evolução de um pacifismo secular (YOUNG, 2013). A terceira tradição, foi “drasticamente alterada na época mais secular e pessimista que se seguiu após 1918” (YOUNG, 2013, p. 159), muito focado em uma paz ligada ao protestantismo e fins do puritanismo radical. A conceitualização da paz caminhou em seu desenvolvimento junto aos acontecimentos que exemplificam, através das atrocidades e destruições a necessidade do estabelecimento de conceitos claros e dos esforços para tal, o que possibilitou um ampliação dos significados e na inclusão de temas positivos na agenda (YOUNG, 2013).

Os estudos para a paz, como agenda teórica, tem seu surgimento em um período na qual muito se pensava nos horrores promovidos pela guerra e a necessidade de se desenvolver mecanismos para que tais atrocidades não voltassem a assolar a humanidade. Esse surgimento se dá em concomitância à criação da própria área das Relações Internacionais como disciplina, uma vez que, após os conflitos da Primeira Guerra Mundial se iniciou a busca por entender as origens e desenvolvimentos da guerra, além de se colocar em evidência, desse período, os efeitos prejudiciais de uma guerra com tamanha magnitude para o

desenvolvimento das sociedades (BLANCO, 2014). Esta concepção de paz estava ligada ao cumprimento dos tratados, negociações e leis e pouco se falava de mecanismos para essa manutenção, uma vez que a guerra mundial acabou com estratégias de paz ligadas ao socialismo, majoritariamente antimilitarista mas também internacional (YOUNG, 2013).

Apesar das origens mais antigas, é só anos depois da Segunda Guerra Mundial que os Estudos para a Paz (*peace research*), como um campo de estudo formal com as suas próprias instituições acadêmicas e revistas profissionais, foi criado. (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999, p. 740, tradução minha)

É com o fim das guerras mundiais e com a não perpetuação da paz, visto que a possibilidade de conflito pelo poder do mundo entre os Estados Unidos e a União Soviética, torna claro a necessidade de se desenvolver uma ciência, seguindo todos os caminhos para tal. Além disso, os Estudos para a Paz também caminham junto a uma revolução behaviorista da ciência, isto é, um “movimento que projetava sobre as ciências sociais um aparato de validação científica inspirado nas ciências da natureza” (OLIVEIRA, 2017, p. 151).

Se inicia, desse modo, nos Estados Unidos o desenvolvimento de uma “pesquisa do conflito” (*conflict research*), vale ressaltar a falta do uso da palavra “paz” dentro do meio acadêmico estadunidense. Em concomitância, nas principais universidades europeias, já com o termo “paz” em destaque, surgem as primeiras “pesquisa da paz” (*peace research*), pensando na resolução, de maneira pacífica, de controvérsias em larga escala (OLIVEIRA, 2017). A área, então, se estabelece com o objetivo de desenvolver um estudo sobre as formas de paz e como construí-la (BLANCO, 2014).

Entretanto, durante a Guerra Fria e a expectativa de uma guerra proeminente e no cenário de paz impossível e guerra improvável, como definido pelo historiador Raymond Aron, existia o carecimento de um pensamento para além da guerra, considerado como a manutenção tradicional da paz, uma vez que, ambos, paz e guerra, representavam uma maneira de gerir os poderes das grandes potências e de expandir sua influência (BLANCO, 2014). Essa “concepção de paz [da Guerra Fria] baseava-se na busca da cessação de conflitos bélicos entre Estados” (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016, p. 138), assim como o realismo<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O realismo, nas RI foi a primeira grande teoria, que pensava na centralidade dos Estados. Com destaque de atores como Edward H. Carr e Hans Morgenthau a teoria realista, principalmente ao



protagonizava os debates das Relações Internacionais do período, os Estudos para a Paz também estão, nesse período, voltados para o poder e centralidade dos Estados.

Devido ao contexto do então Sistema Internacional - da chamada bipolaridade e disputa entre duas ideologias econômicas -, os esforços se voltavam às questões puramente militares e de força direta, como por exemplo, a resolução dos conflitos no sul global. Com o objetivo de evitar os possíveis conflitos armados diretos - uma vez que conflitos diretos entre Estados Unidos e União Soviética acarretaria em uma destruição nunca antes vista, devido ao uso de armas nucleares -, assim, ao longo da Guerra Fria, o trabalho referente à paz se deu na manutenção tradicional da paz (BLANCO, 2014).

Para se entender o desenvolvimento dos Estudos para a Paz como agenda é necessário localizar as crises que possibilitaram o desenvolvimento da mesma como tal, uma vez que “A história da Investigação para a Paz é, em grande medida, a história das suas crises” (WIBERG, 2005, p. 24). Wiberg (2005) destaca três grandes crises que possibilitaram a investigação da paz, de 1970, 1980 e 1990, sendo elas respectivamente as crises das agendas legítimas, o problema em se encontrar uma identidade clara e a ideia de transcender a Guerra Fria. Com o fim desses processos de crise e a necessidade de se transcender as teorias estabelecidas na guerra fria se inaugura, segundo Oliver Richmond (2004) um “consenso sobre a consolidação da paz, representando um discurso e uma prática nascentes, tanto de meios como de fins”.

Após a Guerra Fria, se protagonizou um fortalecimento de organizações internacionais, em especial organizações como as Nações Unidas, que em seu cerne de fundação prioriza o estabelecimento e manutenção da paz (BLANCO, 2014). No primeiro encontro oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tem-se o desenvolvimento de um documento sobre a Agenda para a Paz no A/47/50, no qual se propunha discutir ideias de “governos, agências regionais, organizações não governamentais, instituições e indivíduos de muitos países” (BOUTROS-GHALI, 1992, p. 201, tradução minha).

A Agenda para a Paz no A/47/50 foi uma resolução que tinha como objetivo pensar sobre os conflitos que haviam ocorridos no século e estabelecer esforços a

---

longo da Guerra Fria, deu destaque a conceitos como hegemonia, poder, guerras limitadas e o dilema da segurança (SARFATI, 2005).

fim de,

[...] ampliar e manter os direitos humanos e as liberdades fundamentais, promover uma economia sustentável e um desenvolvimento social para maior prosperidade, aliviar o sofrimento e reduzir a existência e a utilização de armas maciçamente destrutivas. (BOUTROS-GHALI, 1992, p. 201, tradução minha).

As discussões da agenda seguiram caminhos para se entender diferentes vieses para a paz, focando, em sua maioria, na construção e manutenção da paz em territórios pós conflito. Além disso, estavam ideias sobre a necessidade de uma diplomacia preventiva, que possibilitaria a manutenção do estado de inércia, sem a necessidade de conflitos diretos (BOUTROS-GHALI, 1992) Fica claro, através do documento, que a discussão sobre paz ainda estava muito atrelada ao conceito de guerra e ao estado de paz como algo passageiro, mas que deveria se tornar algo mais duradouro possível.

Assim, mesmo com algumas citações sobre segurança e justiça social, tais ideias ainda eram vistas como uma parte pequena de todo o processo de desenvolvimento da paz, tópicos esses fundamentais para a manutenção da paz, uma vez que é através das teorias mais críticas que se iniciam tais questionamentos. Entretanto, como é exposto no tópico treze (13) do então documento, já estava claro as novas perspectivas de vulnerabilidade e risco, baseadas em problemas que vão muito além da guerra, como “crescimento populacional, encargos esmagadores da dívida, barreiras ao comércio, drogas e a crescente disparidade entre pobres e ricos” (BOUTROS-GHALI, 1992, p. 203, tradução minha). Isso é, com as mudanças estruturais que o sistema internacional e, conseqüentemente, mudanças que as nações enfrentam após a queda do muro de Berlim, as noções de segurança começam a mudar e, conseqüentemente, as teorizações sobre a paz e sobre a construção da mesma seguem esse caminho.

Todavia, antes do início de pesquisas mais complexas, tais linhas de pensamento se debruçaram na necessidade de criar uma ciência normativa da paz, como já apresentado pela revolução behaviorista, isto é, pensar no tema da paz seguindo o rigor necessário para o desenvolvimento de uma ciência (OLIVEIRA, 2017). Com isso, se inicia o desenvolvimento da pesquisa com o foco sobre a paz, ou seja, coloca a guerra em segundo plano e, através da complexidade destoante do senso de se pensar a ausência da guerra, se teoriza a paz como o estado duradouro a se buscar.

Richmond Oliver (2014) expressa, de maneira bem didática, alguns fatores que possibilitaram a ampliação do conceito de paz, principalmente quando se pensa na violência estrutural, que se define como, “uma violência indireta, criada pela estrutura opressiva de governos, leis, burocracias, tratamentos, distribuições de renda, classe social [...]” (RICHMOND, p. 26, 2014, tradução minha) logo se reflete sobre a necessidade de pensar a paz de uma maneira mais crítica, isto significa, pensar na paz como uma contraposição para além da violência direta, facilmente reconhecida, mas como um produto também das diferentes formas de violência e inseguranças anteriormente citadas.

Desse modo, os “estudos para paz” se tornam um,

[...] grande rótulo “guarda-chuva” destinado a abrigar não só o tipo de pesquisa neopositivista, fiel às origens behavioristas da pesquisa do conflito e da pesquisa da paz, mas também as abordagens mais reflexivas e críticas que foram incorporadas à disciplina [...] (OLIVEIRA, p.152, 2017)

Com isso, se iniciam teorizações que vão muito além do estabelecimento de uma paz ligada a “compreender as causas da violência e maneiras de reduzir ou promover essa violência, [...] sensível a mudanças históricas e circunstâncias locais” (WALLENSTEEN, 2001, p. 09). Se fortalece o desenvolvimento de uma linha de pesquisa ligada às questões de violência, desigualdade, justiça, além da resolução de conflitos, desenvolvendo uma abordagem transdisciplinar e que se coloca à mercê de trabalhar e dialogar com outros ramos epistemológicos (FERREIRA, 2019).

## **1.2. CONCEITOS IMPORTANTES PARA SE ENTENDER A PAZ**

Agora que já ficaram claros os antecedentes e relações históricas com o desenvolvimento dos estudos para a paz é necessário dar alguns passos para trás e entender alguns conceitos que são imprescindíveis para se entender as teorias, caminhos e obstáculos que os Estudos para a Paz desejam superar. Para isso, autores como Galtung (1969, 1976, 1999) se tornam literatura obrigatória e seus escritos sobre as formas de violência e estruturas de se pensar a paz essenciais para qualquer desenvolvimento futuro da temática.

Johan Galtung nos coloca a refletir sobre tais temas ao definir que “os termos ‘paz’ e ‘violência’ são ligados um ao outro da mesma forma que a ideia de ‘paz’ pode ser colocada como ‘abstenção de violência” (GALTUNG, 1969, p. 168). É

necessário entender o conceito de violência, uma vez que entendendo sua ideia geral e variações se torna mais palpável colocar a ideia de paz como algo contrário a isso. A violência, para Galtung (1969) não pode ser categorizada como uma coisa só, existindo, assim, tipos de violência, para ele,

A violência está presente quando os seres humanos são influenciados de forma a que as suas realizações somáticas e mentais reais estejam abaixo das suas realizações potenciais. (GALTUNG, 1969, p. 168)

Isso quer dizer que, a violência vai muito além do uso da coerção e da força física a fim de diminuir ou machucar alguém, seus mecanismos se colocam, muitas vezes de forma pouco perceptiva. Em outro trecho de seu texto, Galtung usa de exemplos para que seja possível entender como essa violência se desenvolve,

Se uma pessoa morre de tuberculose nos anos 1800 não tem como definir como violência pois esse acontecimento [para a época] é quase inevitável, entretanto se ele morre hoje, apesar de todos os medicamentos do mundo, então a violência está presente de acordo com nossa definição. (GALTUNG, 1969, p. 168)

Assim, se entende que a violência é algo muito mais complexo, sendo separado em algumas dicotomias/dimensões. A primeira é a violência física e a psicológica; a segunda são meios de influência de forma positiva ou negativa; a terceira diz se a violência é praticado com um objeto ou não; a quarta se é ou não um indivíduo que pratica o ato; a quinta se é uma violência intencional ou não; e por fim, a sexta entre uma violência latente ou manifestada (GALTUNG, 1969; PUREZA, MOURA, 2005). Assim, Galtung elabora uma tipologia da violência e apresenta em seu texto *Violência, Paz e Estudos para a Paz*, do inglês *Violence, Peace, and Peace Research*.

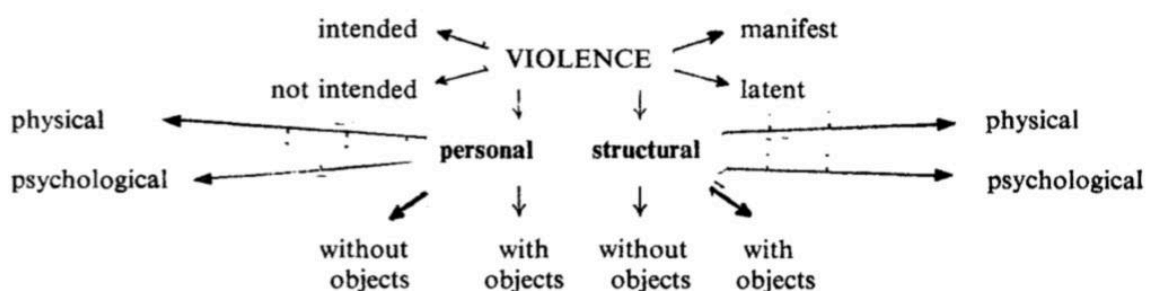


figura 1: tipologia da violência por Galtung

Fonte: (GALTUNG, 1969, p. 173)

Com tal organização desenvolvida pelo autor, fica fácil entender como a violência se apresenta, uma vez que ela pode ser uma violência estrutural,

psicológica com objeto claro, do mesmo modo que pode ser pessoal, física e não intencional. Isso comprova a complexidade de se pensar a violência e, conseqüentemente, implica na necessidade de se complexar os estudos de teorias diretamente ligadas a ela, como os Estudos para a Paz, uma vez que, as maneiras de se lidar com cada especificidade são diferentes e demandam pensamento para tal.

Além disso, Galtung separa a violência em três: direta, estrutural e cultural, onde ele coloca que “a violência direta é um fato, a violência estrutural é um processo e a violência cultural é uma invariante” (GALTUNG, 1990, p. 294). Isso é, a violência direta está ligada a forma como normalmente se imagina a violência, ao se pensar sobre ela, através da coerção física e/ou psicológica. A violência estrutural, como já explicada no tópico anterior, pode ser considerada uma violência indireta, ligada a uma estrutura opressiva e desigual, sendo definida como uma violência quase sempre latente, já que resulta de desigualdade social, pobreza e injustiça (OLIVEIRA, 2017). Por fim, a violência cultural representa os aspectos culturais e simbólicos que são usados a fim de legitimar e/ou justificar uma violência direta ou estrutural, como bandeiras e símbolos, discursos, entre outras coisas (GALTUNG, 1990).

Os conceitos de violência estrutural e cultural surgem em confronto a críticas de pesquisadores que colocavam os Estudos para a Paz apenas como uma “espécie de pesquisa para a pacificação, produzindo um conhecimento orientado para a harmonização e o alívio imediato dos efeitos da violência.” (OLIVEIRA, 2017, p. 156). Assim, o desenvolvimento dos Estudos para a Paz se fortalecem na ampliação e na necessidade de se pensar a paz para com esses diferentes tipos de violência e não apenas a violência direta ligada a guerra. Com isso, se torna necessário refletir sobre como essas perspectivas de violência possibilitam o aperfeiçoamento dos estudos de paz. Pois, através da conceitualização do termo guarda-chuva, surgem diferentes possibilidades de se estudar a paz e, conseqüentemente, as possibilidades de vergentes a se pensar.

Seguindo os conceitos de violência, se viu necessário a separação entre o que se entendia como paz e suas relações com tal. Assim, Galtung (1976), ao separar a violência direta da violência indireta- isso é, a violência estrutural e cultural -, ele separa os esforços dos Estudos para a Paz em dois: a paz negativa e a paz positiva.

A primeira, a paz negativa pode ser considerada como uma versão da paz mais rígida e muito ligada às linhas de pesquisa da Guerra Fria, isto é, a paz se caracteriza apenas através da falta de violência direta, basicamente a definindo como a ausência da guerra, assim, como já exposto, colocando a guerra como ator principal. A escolha de seu nome como “negativa” se dá pois “a ausência de violência pessoal não conduz a uma condição definida positivamente” (GALTUNG, 1969, p. 183). A paz negativa está muito relacionada ao cessar de conflitos e o fim de uma ameaça direta.

Já a paz positiva tem como objetivo explorar outros caminhos para se pensar o conceito de paz, sendo, assim, um conceito mais amplo e com a paz como principal (GALTUNG, 1969). Com ela pode se pensar formas de se superar as violências indiretas, isso é, a violência estrutural e cultural, e é nesse conceito que os estudos mais recentes e críticos irão se apoiar. Em vista disso, se vê necessário uma melhor definição, na qual, a paz positiva é explicada como

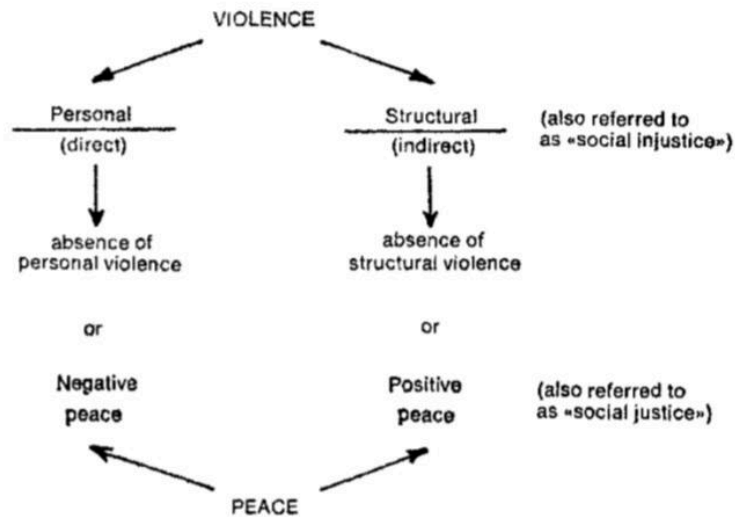
Uma compreensão mais ampla da paz, que indica tanto a falta de violência aberta entre e dentro dos Estados, quanto o objetivo de criar condições para que a sociedade viva sem medo ou pobreza. (RICHMOND, 2014, p. 27, tradução minha)

Assim, se entende que a paz, dentro dessa contextualização, não tem um significado único e seu estabelecimento se baseia na realidade em que cada um está inserido. Ela tem como objetivo pensar, além das problemáticas explícitas de conflito, também sobre as dificuldades envolvendo a justiça social, isso é, direitos humanos, democracia, entre outros. Portanto, é lógico supor que os estudos sobre a paz positiva se debruçam em reflexões em longo prazo, uma vez que, a finalização de uma guerra, por exemplo, deixa rastros de injustiças e ambientes de angústia que podem perdurar por muito tempo.

Entretanto, os estudos sobre a paz podem ser diferentemente definidos para além de uma paz positiva e negativa, já que, como explicado anteriormente, tal termo engloba diferentes perspectivas e muitas podem acabar reforçando desigualdades e preconceitos. Como exposto por Oliver Richmond (2020) é necessário pensar concepções críticas e transformadoras e para isso, precisam, por exemplo, se distanciar dos estudos para a paz liberais. Isso se dá pois, tal modelo de paz pouco crítico levou, em diferentes períodos, ao poder autoritário ou a mudanças apenas superficiais, então se torna fundamental pensar em uma paz

voltada a um verdadeiro pensamento crítico que confronte os modelos pré-estabelecidos.

figura 2: concepções estendidas de violência e paz



Fonte: (GALTUNG, 1969, p. 183)

Tais definições de paz auxiliam a entender elementos presentes nos Estudos sobre a Paz, entre eles temos o *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*. Todas estão presentes, atualmente, no léxico das operações realizadas pelas Organização das Nações Unidas (ONU) entretanto sua utilização foi historicamente passíveis de diferentes interpretações, além de serem usadas como forma de legitimar invasões que pouco se relacionavam à paz. Cada um dos termos teve sua entrada para o vocabulário das ONU em diferentes momentos, dado que seus significados representam diferentes noções de paz e violência, uma vez que,

[...] até a discussão proposta por Galtung em meados dos anos 1970, apenas as práticas tradicionalmente associadas ao termo *peacekeeping* (manutenção da paz) tinham alguma notoriedade. (OLIVEIRA, 2017, p. 157)

O *peacekeeping*, ou manutenção da paz, é uma estratégia ligada ao conceito negativo de paz, uma vez que sua representação está ligada a manutenção da paz entre as partes presentes no conflito através de uma parte adicional que irá impor esse estado de paz (GALTUNG, 1969; OLIVEIRA, 2017). Sua prática tomou notoriedade com os esforços de paz da Guerra Fria, que, como já demonstrado na sessão anterior, correspondia ao esforço para o fim de uma guerra direta. Ela pode

ser definida como o uso da força militar, política ou civil a fim de fundar a paz, entretanto, quando se está lidando com atividades políticas, dois atores podem ter diferentes entendimentos sobre a paz e as maneiras de se obter a mesma, tornando o processo de manutenção da paz difícil de se estabelecer (BELLAMY; WILLIAMS, 2010).

O *peacemaking*, ou restabelecimento da paz, reflete a uma abordagem de resolução de conflito por meio de negociações diplomáticas, através de um acordo apaziguador, podendo surgir entre as partes relacionadas ao conflito ou uma terceira parte (OLIVEIRA, 2017). Mas suas ações ainda se limitam à interrupção da violência direta, assim exercendo um papel ainda ligado à paz negativa. Além de exigir o desempenho e o comprometimento das partes envolvidas, desse modo, sendo colocada, segundo Galtung (1969) como uma abordagem elitista e sujeita a retrocessos a partir da eventual mudança dos atores políticos principais, podendo gerar “acordos produzidos sob pressão de uma terceira-parte que não refletem, necessariamente, as posições das partes em conflito” (OLIVEIRA, 2017, p. 158).

Por fim, entrando em um conceito que reflete os esforços dos Estudos para a Paz pós Guerra Fria, tem-se o *peacebuilding*, ou construção/consolidação da paz. Diferentemente dos dois anteriores, o *peacebuilding* trabalha em concomitância à construção de uma paz positiva, com o propósito de desenvolver uma estrutura pacífica que rompa com as violências que se colocam como a base dos conflitos. Assim se entende que tal compreensão necessita da identificação das estruturas que geram as violências, para que seja possível a substituição por uma alternativa “mais igualitária, justa e livre de dominação, repressão e exploração” (OLIVEIRA, 2017, p. 158).

Galtung apresenta o conceito de paz autossustentável para definir os processos de *peacebuilding*. Usando da analogia de um “corpo mundial saudável” no qual seria necessário produzir “anticorpos” contra a violência, uma vez que “é preciso encontrar estruturas que removam as causas da guerra e ofereçam alternativas às guerras em situações onde elas possam surgir” (GALTUNG, 1976, p. 297). Além dos termos anteriormente citados, há outros como a prevenção de conflitos, ligada ao uso diplomático para prevenir que um conflito violento se inicie, e a aplicação da paz (*peace enforcement*), ligado aos esforços do Conselho de Segurança da ONU, que fazem parte do vocabulário sobre paz (BELLAMY; WILLIAMS, 2010). Entretanto, os três explicados já possibilitam o entendimento do



panorama geral sobre a paz e sua construção/manutenção.

Em complementaridade, com a fundação das Organização das Nações Unidas (ONU), as missões de paz, ou operações de paz, surgem com o objetivo de cumprir com os processos anteriormente expostos e, dentro do meio hegemônico do que se é paz e pacífico, concretizar o estabelecimento de Estados pacíficos que, principalmente, se estabeleceram no Sistema Internacional.

Em relação às operações de paz, se levanta questões sobre quem são os atores principais, quais as perspectivas que devem ser tidas em conta e como entendemos a relação entre as estruturas sociais, como o capitalismo ou a cultura mundial, e o comportamento humano. (BELLAMY; WILLIAMS, 2010, p. 20)

Assim como o peackeeping, peacemaking e peacebuilding as operações de paz não possuem definição na Carta das Nações Unidas, entretanto seu desenvolvimento se dá por meio dos parâmetros estabelecidos por ela. Vale ressaltar que, na sua concepção inicial, as operações de paz não previam o uso da força, entretanto com o decorrer das operações seu formato foi acompanhando as mudanças e demandas do cenário político-estratégico internacional (BRAGA, 2012, p. 49).

Não há como negar que, por um lado, o uso da força tem desempenhado papel importante no processo de restabelecimento da paz em várias missões organizadas ou autorizadas pela ONU, contribuindo para mitigar resistências e minimizar os estragos causados pelos grupos que buscam obstruir o processo de pacificação. (ONU, 2008, p. 43)

Assim, se percebe como a violência, além de uma causa para o desenvolvimento de uma teoria sobre a paz e de mecanismos para sua superação, também se torna matéria da mesma. A fim de combatê-la as operações de paz usam do produto da violência e da coerção, o que gera ainda, uma valorização da paz negativa e um apagamento das questões envolvendo a justiça social e a superação de desigualdades que levaram ao estabelecimento de uma sociedade pacífica e com mecanismos para que fosse possível manter tal estado. Na próxima seção será discutido o surgimento de novas agendas de pesquisa que visam o desenvolvimento de uma paz positiva, duradoura e democrática a todos.

### **1.3. PARA QUEM É A PAZ? NOVAS PESQUISAS DOS ESTUDOS PARA A PAZ**

Para quem é a paz? Tal questionamento é feito por Oliver Richmond (2020)

na introdução de seu livro *Peace in International Relations*, da tradução Paz nas Relações Internacionais, e ilustra as inquietações dos teóricos sobre a paz com o final da Guerra Fria e a necessidade de se pensar a paz para além do conflito entre Estados e a importância de se olhar para a sociedade e suas desigualdades. Se inicia, assim, questionamentos sobre como tais teorias da paz até então não discutiam a superação de violências e desigualdades já existentes antes das guerras, mas que são intensificadas com elas. Na realidade, os processos de construção da paz e as teorias, de certa medida, podiam até auxiliar na perpetuação dessas violências, devido a falta de olhar para o local.

As inquietações caminham, principalmente, a ideia presente da existência de uma forma universal e individual de paz, uma vez que isso, inevitavelmente, reforça formas de desenvolvimento e sociedades hegemônicas e opressivas, no qual

Embora possa haver, de fato, uma versão ou agenda dominante para a paz na teoria e na prática das RI (atualmente a paz liberal), isto reflete as limitações intelectuais da ortodoxia da disciplina, a sua cultura, ontologia e métodos, e não as suas realizações. (RICHMOND, 2020, p. 21)

O desenvolvimento de uma teoria sobre a paz necessita, então, de diferentes abordagens das próprias teorias de Relações Internacionais para que seja possível novas abordagens de paz (RICHMOND, 2020). Historicamente a teoria de paz que se tornou hegemônica foi a ideia de paz liberal, que reverbera tanto nas produções teóricas sobre o assunto como, de maneira direta, nas missões de consolidação e manutenção da paz desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). As operações de paz, e conseqüentemente as teorias se estabeleciam na configuração de um “modelo clássico de manejo de conflitos” (BLANCO, 2014, p. 269), isso é, uma estrutura liberal ligada a um conceito tradicional de paz.

Tal estruturação tinha alguns motivos, entre eles a falta de referências a essas atividades na Carta das Nações Unidas e a lógica bipolar do período (BLANCO, 2014). Junto a isso se pode pensar que, uma vez que o liberalismo protagoniza as teorias das Relações Internacionais, o uso do mesmo para o desenvolvimento das missões era lógico na medida que visava a instauração de Estados liberais, que funcionariam na lógica do então Sistema Internacional vigente.

Entretanto existem algumas desvantagens de se seguir esse modelo, como a dificuldade de se evitar o rompimento dos acordos por uma das partes, o apagamento de vários tópicos como identidade, desenvolvimento econômico e, por fim, o foco em soluções de curto prazo, que levava a um desinteresse em se pensar

as origens do conflito (BLANCO, 2014).

Além disso, a chamada paz liberal tinha como objetivo a democratização, estabelecimento do Estado de Direito e promoção de uma economia voltada ao mercado, o que, muitas vezes, mexe em toda a estrutura econômica social do território (GOMES, 2013; RICHMOND, 2006). Desse modo, a ideia da paz liberal se enfraqueceu, sofrendo várias críticas, principalmente devido a sua ineficiência a longo prazo aos vastos exemplos sobre a qualidade da paz construída (GOMES, 2013).

Assim, se tornou necessário o ampliamto das noções de paz e, para o aprofundamento dessas problemáticas dentro do campo de estudo, a ruptura com a paz liberal que reflete, acima de tudo, os atores importantes para a consolidação da paz. Dentro de uma perspectiva mais crítica da paz positiva, se entende a importância do local, como população, cultura e instituições locais na consolidação da paz e na sua manutenção (OLIVEIRA; NASCIMENTO SILVA; LOYOLLA KUHLMANN, 2021).

[...] alguns aspectos próprios da esfera simbólica da existência humana (religião, ideologia, arte, linguagem, ciência, etc) podem reforçar as formas diretas e estruturais de violência, legitimando-as ou fazendo com que elas sejam percebidas como corretas aos olhos da sociedade (OLIVEIRA, 2017, p. 159)

Ou seja, se observa que determinadas ordens sociais, ligadas a estruturas simbólicas dicotômicas de bom/mau e superior/inferior legitimam o uso de violências diretas e indiretas com o objetivo de separação em grupos, nos quais alguns são pertencentes a outros não. Violências essas como o racismo, machismo, militarismo, fundamentalismo religioso e o colonialismo/colonialidade se exemplificam como antes definido e não aprofundado, a chamada violência cultural (OLIVEIRA, 2017; GALTUNG, 1999). Desse modo, se visa necessário o resgate do potencial crítico dos estudos para a paz, a fim de se gerar

[...] uma imposição de fidelidade desta área aos seus princípios fundadores diante da persistência e sofisticação de mecanismos de poder profundo, que alimentam violências mais ou menos naturalizadas e que importa combater em seu nome de uma paz do cotidiano e da empatia como horizonte das vidas concretas (PUREZA, 2011, p. 32)

Além do apagamento das estruturas sociais anteriormente vigentes nos países em conflito, a paz liberal não leva em conta os processos históricos de cada região. Desse modo, se torna necessário o desenvolvimento de teorias para/com o

sul global e, para tal, se vê necessário entender conceitos importantes como a colonialidade e a modernidade.

### **1.3.1 COLONIALIDADE E A PAZ**

A teoria decolonial, propõe a ideia de que as sociedades que foram alvo da colonização ainda vivem em um estado de colonialidade, isso é, não houve uma superação concreta do estado colonial e, com isso, enfrentam uma subordinação, agora de forma indireta, das nações hegemônicas (QUIJANO, 2014). Concomitantemente, a modernidade se constrói em cima desses processos de subjugação, criando, assim, uma relação de metabiose, no qual uma não sobrevive sem a outra (QUIJANO, 2014).

Essa modernidade pressupõe uma universalidade do conhecimento das vivências, que na realidade são localmente instituídas no mundo europeu e, conseqüentemente, o que sai dessa universalidade não é considerado racional (CASTRO, 2020). À vista disso, os processos de paz liberais seguem o mesmo caminho, construindo sociedades ditas universais mas que na realidade apenas reproduzem os processos dos Estados hegemônicos e, desse modo, inferiorizam e silenciam as estruturas sociais, econômicas e políticas anteriormente organizadas nos espaços estabelecidos.

Aníbal Quijano (2005, 2014) é um dos precursores do pensamento/teoria decolonial e em seus trabalhos ele visa apresentar e explicar a colonialidade e suas conseqüências para com as sociedades anteriormente coloniais. Entre as principais formas de colonialidade temos a colonialidade do poder, do saber e do ser - mas também trataremos sobre a colonialidade da paz -, e suas explicações ajudam a entender como os processos de colonização e o passado colonial/colonizador das regiões estão diretamente ligados às posições de cada Estado nos conflitos atuais. Vale ressaltar que toda forma de legitimação dessa violência se vem através de um processo histórico que desenvolve o conceito de raça e a coloca como um motor para o desenvolvimento de dicotomias, na qual o ser, o saber e o agir hegemônico, colonizador é a única forma (QUIJANO, 2014).

Assim, a colonialidade do poder implica todo o controle da economia, controle da autoridade, controle da natureza e dos recursos naturais, controle do gênero e da sexualidade, controle da subjetividade e do conhecimento (BALLESTRIN, 2013).

Desse modo, pode-se entender que a colonialidade do poder está presente em todos os âmbitos da vida em sociedade, colocando as instituições hegemônicas como corretas e subjugando os processos históricos regionais. Já a colonialidade do saber está ligada a ideia de que o conhecimento apenas pode ser produzido através do viés eurocêntrico, hegemônico, assim, deslegitimando todo tipo de saber produzido no sul global (QUIJANO, 2005; BALLESTRIN, 2013; GROSGOUEL, 2007).

A disciplina de Relações Internacionais se estabelece com seus mitos fundacionais por meio da ideia do sistema anárquico, onde os Estados são iguais entre si, soberanos dentro da política internacional, sem levar em conta experiências do imperialismo, lutas políticas do sul global e o colonialismo (GUERRA, 2020). Isso a coloca totalmente presente dentro da colonialidade do saber, criando um vocabulário para se referir aos Estados que representam uma quebra da ordem internacional e são incapazes de garantir “o monopólio legítimo sobre o uso da força e, por conseguinte, a segurança e integridade de seus cidadãos” (GUERRA, 2020, p. 05).

A colonialidade do ser, assim como as ideias anteriores, coloca o ser eurocêntrico como superior e caminho a se buscar, como subjetividade privilegiada a racionalidade, individualizada e de preferência branco, heterossexual, anglossaxão e masculino (GUERRA, 2020; MALDONADO TORRES, 2008). Walter Mignolo (2010), em seu texto *Desobediência Epistêmica*, ao se entender que o conhecimento é um instrumento da colonização, apresenta como tarefa urgente a necessidade de se descolonizar o conhecimento. Para isso, é necessário se entender em quais esferas esse processo se desenvolve para que assim seja possível pensar em meio de se superar.

Desse modo, paralelamente, as teorias hegemônicas sobre os estudos para paz também se estabelecem na colonialidade, na qual pode-se pensar no conceito de colonialidade da paz, que, leva a uma perpetuação de estruturas coloniais vigentes por meio do desenvolvimento de processos de paz desatrelados a histórica e realidade dos territórios (LAU, 2019; GUERRA, 2020). O conceito de colonialidade da paz pode ser definido também como,

[...] a forma pela qual algumas OIs (Organizações Internacionais) em seus esforços de paz, intervirem nos conflitos da era global, esvaziam e homogeneízam as realidade domésticas em prol do caráter do poder

presente nos modelos de pensar eurocêntricos e, assim, restringe o alcance de suas metas. (LAU, 2019, p. 56)

Em outras palavras, a colonialidade da paz estabelece os modelos de paz hegemônicos, os universaliza e reproduz em diferentes sociedades, sem contar com as realidades e atores locais, como o esforço anterior de se traçar. Desse modo, cria uma separação entre sociedades pacíficas e sociedades não-pacíficas, medidas pelos parâmetros hegemônicos e eurocêntricos/ocidentais, que historicamente definem a maneira como o Sistema Internacional se desenvolve. Consequentemente, organizações como as Nações Unidas (ONU), seguem dessa maneira.

Lucas Guerra (2020) identifica três aspectos centrais para se entender a colonialidade da paz, no qual se colocam respectivamente como a reprodução de narrativas eurocêntricas, representações baseadas em categorias hierárquicas da humanidade e comprometimento com processos de acumulação por expropriação. A primeira pode se entendida, como já antes citado, pela configuração do Estado-Nação europeu moderno como um modelo a se seguir, instituindo-o como um padrão internacional e como único caminho possível para o estabelecimento da paz, o que leva à deterioração e apagamento de outras formas de estado e organização da sociedade.

O segundo aspecto está caracterizado pela dicotomia criada nos processos que naturalizam o lado ocidental, hegemônico como “superior”, deixando os estados em conflito como inferiores e assim, silenciando formas alternativas de se compreender a paz (GUERRA, 2020). Por último, o terceiro ponto apresentado por Guerra se liga a instrumentalidade de uma disciplinarização econômica que leva a uma forma moderna de “acumulação por expropriação” seguindo “às fronteiras ainda inexploradas do capital: a territórios e populações indígenas, quilombolas, camponesas, dentre outras subjetividades e formas de ver o mundo” (GUERRA, 2020, p. 07)

Ademais, a colonialidade tem o papel de categorizar as violências e, assim, deslegitimar formas de violência presentes do território como algo único, isso pois, ela auxilia no desenvolvimento de um padrão de poder. Tal poder leva a um modus operandi ligado a naturalização de hierarquias que possibilitam a reprodução de relações de dominação ligadas ao território, raça, cultura, sexo, entre outros (FOUCHARD, 2021).

[...] muitas das sociedades em conflito contemporâneas são ex-coloniais onde, a difusão de 'máquina de guerra' é fruto, justamente, da incapacidade do processo colonial em construir bases econômicas e políticas sólidas em seus domínios. [...] a violência nestes contextos se tornou não apenas justificável, mas natural: é impossível firmar a paz com eles (MBEMBE, 2003, p. 133 apud LAU, 2019, p. 38)

Com isso, a falta de olhar para os antecedentes históricos e sociais de cada território levam a processos de paz coercitivos e a curto prazo que não possibilitam uma verdadeira instituição da paz positiva. Para mais, reforçam a urgência de teorias sobre paz voltadas a esse aspecto crítico, isto é, contra-hegemônicas e nos deixa questionamentos sobre como se pensar nessas teorias contra-hegemônicas. Assim, será de obra do próximo capítulo apresentar uma possibilidade de se pensar os estudos para a paz tendo como vies as teorias feministas e a ideia da paz feminista como força motriz de suas teorias.

#### **1.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

O capítulo teve como objetivo apresentar um panorama geral dos antecedentes dos Estudos para a Paz, como se estruturam tais estudos, conceitos importantes para que seja possível pensar tais estudos e algumas inquietações gerais sobre a área de estudo e a necessidade de se pensar os Estudos para a Paz com um caráter emancipatório e contra-hegemônico. Assim, se entende que a ideia de paz já estava presente nos escritos desde muito tempo, entretanto os Estudos para a Paz surgem paralelamente a formação da própria disciplina de Relações Internacionais a fim de se entender como se dá o estabelecimento das guerras e formas de se prevenir acontecimentos futuros.

Temos os Estudos para a Paz até os anos 1990 como um mecanismo de se pensar os processos de paz negativa, isso é, entender simplesmente a paz como o oposto de guerra e, com isso, seus esforços se estabeleceram no desenvolvimento de Estados sem guerra, não necessariamente pacífica, dando destaque às linhas de pesquisa de *Conflict Research* estadunidenses. É só com o fim da Guerra Fria e os escritos de Johan Galtung que se inicia uma corrente de pensamento da paz que ultrapassa as noções de guerra, com o desenvolvimento da *Peace Research*, Galtung inaugura alguns conceitos importantes para a complexização dos Estudos para a Paz.

A ideia de paz negativa e paz positiva passa a ter protagonismo nos Estudos e se instaura uma valorização dos pensamentos voltados à paz positiva. Para isso algumas conceitualizações se mostram importantes, como as definições de violência e como cada uma aparece e reverbera nos Estados. Enquanto a paz negativa se coloca apenas como contraponto a violência direta, a paz positiva se propõe a pensar em outras formas de violência e como isso reflete nas sociedade em conflito. Com isso, é possível entender e diferenciar outros conceitos importantes para os Estudos para a Paz, que são os conceito de *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*, no qual os dois primeiros se colocam mais relacionados a ideia de uma paz negativa, protagonizada pela instituição do Estado.

Já a última definição surge como uma forma de estabelecer a paz positiva dentro das missões de paz, com um olhar mais voltado às questões de justiça social e problemática locais dos territórios pertencentes ao conflito. Ademais, o surgimento de conceitos como esse reverbera em novas formas de se olhar e pensar a paz, a fim de entender como esses processos e teorias refletem na vida dos indivíduos, pensar para quem é a paz auxilia na superação de processos de paz como a paz liberal que universaliza e padroniza as sociedades e se coloca a pensar em maneiras de se democratizar esse processo.

A teoria decolonial, caminhando para o mesmo lugar, expõem através de Quijano e Mignolo os conceitos de colonialidade e modernidade que possibilitam explicar como se instaura esses processos universais, que subjagam e dicotomiza as sociedades em bem e mal, civilizado e não civilizado, pacífico e não pacífico. Com isso, a colonialidade também se coloca presente na paz, uma vez que os processos de construção da mesma sempre se desenvolvem por meio de um exemplo comum, o Estado-Nação hegemônico, tornando tais processos passíveis de epistemicídios e apagamento de estruturas sociais históricas.

Com a complexidade presente do tema, se entende a necessidade de se pensar novas formas críticas sobre a paz, trazendo violências e desigualdades, como a de gênero como protagonistas para a superação e desenvolvimento de um processo ligado à justiça social.



## 2. AS CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA OS ESTUDOS PARA A PAZ

Neste capítulo será abordado as teorias feministas para a paz, isto é, se desenvolverá o caminho em que se trilhou para entender como as teorias feministas estão presentes no internacional e, conseqüentemente, como essas ideias contribuem para o estabelecimento de novas noções ligadas a poder, soberania e luta. Desse modo, será de trabalho do capítulo entender como se desenvolvem as teorias feministas nas Relações Internacionais e suas críticas para que assim seja possível relacioná-la com a paz e a possibilidade de se estabelecer conceitos de paz que usam das teorias feministas com o objetivo de ampliação das ideias e estabelecimento de noções de paz mais democráticas, igualitária e duradouras. Para isso será desenvolvido os antecedentes das teorias feministas, a genealogia da pesquisa de paz feminista e as metodologias para tal, além de se apresentar de maneira mais abrangente pensadoras que tem como foco o estudo da paz feminista. Como conclusão, o capítulo visa apresentar como se dá o desenvolvimento de uma paz feminista e suas peculiaridades em comparação com outras teorias críticas para a paz.

### 2.1 “O PESSOAL É POLÍTICO”: O FEMINISMO COMO TEORIA

A frase *"the personal is political"*, da tradução “o pessoal é político”, ficou famosa como slogan dos movimentos feministas da segunda geração, nos anos 1990, em um contraponto da ideia de que o feminino pertencia ao meio doméstico, privado e, conseqüentemente não se ligava a política. À primeira vista, pode parecer estranho pensar sobre o feminino para com o meio internacional, principalmente segundo o caminho das teorias hegemônicas das Relações Internacionais.

Cynthia Enloe (2004), em um de seus livros faz o desafio de se exercer uma curiosidade feminista e conseqüentemente pensar no gênero para outras formas de análise, para a autora a curiosidade é algo que demanda energia, principalmente pensando que é uma curiosidade que desafia o “natural” e o “tradicional”, que pressupõe uma manutenção do status quo e da posição das mulheres - e conseqüentemente dos homens - na sociedade (ENLOE, 2004). Assim, é mais fácil manter a falta de curiosidade nas coisas, entretanto, a autora evoca que manter

uma curiosidade feminista é levar a vida, a vivência e a experiência de mulheres a sério, implicando “ouvir atentamente, escavar fundo e desenvolver uma longa atenção, estar pronta para ser surpreendida” (ENLOE, 2004, p.03).

Desse modo, este trabalho tem como objetivo levar a curiosidade feminista a fim de se entender como se dão as teorias feministas dentro das Relações Internacionais, para que assim seja possível pensar, posteriormente nos estudos feministas para e sobre a paz.

### **2.1.1 TEORIAS FEMINISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O que se qualifica como teoria? Quem é o autor da teoria? É singular? É definido em oposição a algo que é ateórico, pré-teórico ou pós-teórico? Quais as implicações de usar “teoria” para análises feministas, considerando que as coisas que aparecem com o nome de teoria são marcados por masculinidade e eurocentrismo? Teoria se distingue de política? (BUTLER, SCOTT, 1992, p. xiii)

Com esses questionamentos realizados por Judith Butler e Joan Scott pode-se entender um pouco como se iniciam as críticas feitas pelas teorias feministas e apresentar como se dá os processos de construção dessas teorias nas Relações Internacionais. O feminino historicamente foi colocado como pertencente ao meio privado e doméstico e a área de Relações Internacionais tentou se estabelecer como uma zona neutra, o que significa que as questões de gênero não teria impacto nas discussões até então traçadas pela disciplina (SJOBORG; TICKNER, 2012). Desse modo, as teorias feministas surgem com o objetivo de desmistificar essa neutralidade e expor, através de suas análises e metodologias, o papel protagonista de gênero na disciplina.

As teorias feministas nas Relações Internacionais começam a ganhar força com a chamada Segunda Onda dos movimentos feministas globais, que, com o fim das grandes guerras e o fortalecimento do neoliberalismo, vêem a necessidade de ampliar as discussões, inserindo a questão das mulheres nas questões políticas. Entretanto, a suposta neutralidade do campo fez com que as teóricas feministas tivessem dificuldade para a inserção de seus debates, assim, foi apenas no final da década de 1980 que as autoras iniciaram a tentativa de divulgação de temáticas ligadas aos movimentos feministas nos meios acadêmicos da política internacional (TICKNER, 1997; SJOBORG, TICKNER, 2012).

As Relações Internacionais, assim como qualquer ciência, reflete os pensamentos e posicionamentos dos grupos que a compõem, desse modo, pensando em uma academia majoritariamente masculina, branca, heterossexual e anglossaxã não havia espaço para se pensar em estudar o gênero (NOGUEIRA, MESSARI, 2005). Desse modo, foi necessário uma ruptura do modo de se pensar e de se desenvolver teoricamente, em um processo semelhante a como Joan Scott (1989) apresenta em seu texto quando diz que “inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante”.

Judith Tickner (1997) em seu texto *You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists*, da tradução *Você Apenas Não Entende: Compromissos Problemáticos entre Feministas e Teóricos das RI*, apresenta alguns pontos importantes relacionados ao desenvolvimento de uma teoria feminista nas Relações Internacionais e debate críticas e desentendimentos relacionados a essa teoria e seu papel dentro da disciplina. A primeira delas pode ser considerada o fato de que o gênero é visto, pelas teorias tradicionais como um assunto interpessoal, não tendo, assim, relações com a política internacional. Para debater tal ideia Tickner (1997) apresenta que, primeiramente, o conceito de gênero é normalmente mal interpretado e entendido, assim, é necessário antes e tudo entender que a ideia de gênero usada pelas teóricas feministas normalmente retomam a uma construção social, isso é, o gênero é construído socialmente através de diferentes processos simbólicos que representam variadas noções sociais e culturais.

Joan Scott (1989) em um dos seus mais importantes textos sobre o papel analítico do gênero, complementa as explicações anteriores apresentando que

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1989, p. 07)

Desse modo, pesquisar sobre o gênero leva a um constante questionamento e crítica às relações de poder. Tais relações aparecem de diferentes maneiras, uma delas é através dos estereótipos que definem de um lado o masculino como poderoso, racional, forte e do outro lado o feminino como sensível, emocional, irracional (TICKNER, 1997). Conseqüentemente essas noções também separam o público do privado, sendo o poderoso e racional o público e o lado sensível e

irracional como privado. Desse modo, o gênero é protagonista quando se define os sistemas simbólicos de poder, dado que, características consideradas femininas são menos respeitadas, e essas ideias dicotômicas permeiam todas as áreas, estando, então, muito presentes nas Relações Internacionais, através, por exemplo, do estabelecimento masculino como público e político e do feminino como doméstico e pessoal, além de questões como o estabelecimento de características ditas masculinas a nações fortes e o contrário, características ditas femininas, para nações mais fracas (TANNEN, 1990; TICKNER, 1997).

O segundo mal entendimento das Relações Internacionais tradicionais é o questionamento se o feminismo realmente faz Relações Internacionais, isso é, se as discussões pautadas pelas teóricas feministas são relevantes para esse campo de análise. Esta pergunta já pode ser respondida pelas ideias anteriores sobre noções de gênero, entretanto Tickner (1997) acrescenta mais a discussão trazendo outras respostas. Tal questionamento está ligado ao fato de que perspectivas feministas desenvolvem e escolhem por metodologias mais humanísticas, às vezes pegando de áreas como da antropologia, que não são tradicionalmente usadas para as Relações Internacionais.

Sylvester (1994) confronta tais ideias ao apresentar que “todas as formas de teorização do feminismo são normativas uma vez que auxiliam a questionar certas noções e interpretações dentro das RI”. Assim, mesmo que a primeira vista as discussões pareçam pessoais e descontextualizadas das ideias de Estados e sistemas internacionais, as teorias feministas têm como principal objetivo entender como estruturas desiguais de gênero estão ligadas aos conflitos e comportamento dos Estados internacionalmente e, ademais, como esses comportamentos são construídos por meio de estruturas de gênero, ajudando a perpetuar desigualdades e violências do mesmo. Desse modo, se entende a necessidade de usufruir de metodologias humanísticas, para que através do micro se possa entender as relações do macro.

Por fim, as teorias feministas se diferenciam de teorias tradicionais por não seguirem a rigidez empírica definida por teorias clássicas como o realismo. Tais teorias se desenvolvem através de uma epistemologia voltada para o estabelecimento e a manutenção do poder das nações (MORGENTHAU, 1995), enquanto isso, as teorias feministas nas Relações Internacionais já superaram essas ideias e focam em outras discussões sobre o poder, de maneira mais crítica.

De maneira mais ligada a relações sociais, as teorias feministas são definidas com um propósito emancipatório a fim de pensar sobre a opressão da mulher e dicotomias de gênero para poder problematizar, conseqüentemente, a ideia de poder ligado à figura masculina.

Além disso, como assume Robert Cox (1981), uma teoria sempre vai ser feita para uma pessoa e para um propósito. Assim, diferentemente das teorias tradicionais que tem como foco as instituições de e com o poder, as teorias feministas nas Relações Internacionais trabalham no esforço de representar as vozes e temáticas marginalizadas, que sobressaem em ideais de desigualdade e apagamento das questões de gênero dentro das perspectivas internacionais. Conseqüentemente, as teorias feministas trabalham a fim do desenvolvimento de novas epistemologias e agendas de pesquisa vinculadas aos questionamentos baseados no gênero que não necessariamente fogem da objetividade pregada pelas teorias tradicionais. Já que o feminismo é muito mais do que uma derivação de outros corpos políticos, trabalhando, assim, na investigação do poder exercido sobre e para as mulheres (TICKNER, 1997).

Dessa forma, por meio da compreensão de tais desentendimentos apresentados por Tickner é possível identificar alguns porquês desse aparecimento tardio, como o fato de que, com o final da Guerra Fria, assim como os Estudos para a Paz, as pautas de pesquisa da disciplina se expandiram, saindo das questões ligadas estritamente aos conflitos e passando a caminhar por outras temáticas das ciências sociais e políticas (SJOBORG; TICKNER, 2012). Além disso, é com o fim desses conflitos que fica claro o apagamento das temáticas de gênero, já discutidas em outros meios acadêmicos, dentro da área de Relações Internacionais.

A teoria feminista liberal foi a precursora em se pensar as Relações Internacionais e o feminismo juntos, por meio de uma interpretação de possível conciliação entre ambos, pela superação da desigualdade de gênero (BROWN, 1988). Resumidamente, o feminismo liberal acredita ser capaz o fim da opressão feminina, entretanto críticas completam a incompatibilidade essas duas ideias, uma vez que “aceitar passivamente a teoria liberal do poder, as feministas liberais acabam por não questionar a separação entre as esferas pública e privada” (OLIVEIRA, VALDIVIESO, 2022, p. 360).

Desse modo, para que seja possível pensar em uma teoria feminista que rompe com os preceitos liberais é necessário investigar as noções e relações de

poder (ENLOE, 2014). É preciso expandir as noções de poder pensadas nas disciplinas, que se limita a coisas externas a teoria e essencialmente de um ator para com o outro, e levar a cabo conceitos como ideologia, interesses políticos e econômicos, lutas de poder, entre outros (BALLESTRIN, 2021; OLIVEIRA, VALDIVIESO, 2022). A partir disso, entender as Relações Internacionais como um todo, dado que é uma disciplina marcada diretamente pelo gênero (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). A teoria se esforça em

[...] questionar as ideias dominantes de história e representação, uma vez que a cultura é vista como um campo de conflito entre opressores e oprimidos, no qual a linguagem pode ser uma ferramenta de dominação (BALLESTRIN, 2016, p. 187)

A colonialidade e a teoria decolonial, como já apresentada anteriormente, mesmo com suas peculiaridades se liga a temática do gênero, da colonialidade e, conseqüentemente, das relações de poder advindas dessas relações.

O feminismo pós-colonial, decolonial ou do “terceiro mundo” são perspectivas que partem da cosmovisão das mulheres que formam a base desta estrutura social hierárquica. (OLIVEIRA, VALDIVIESO, 2022, p. 363)

É seguindo essas questões que o feminismo decolonial se debruça, somando aos pontos antes citados a perspectiva de gênero, citado apenas de forma ampla, quando se fala de colonialidade do poder, pelos autores tradicionais decoloniais. A teoria decolonial afirma que a colonialidade é o motor dessa descredibilização de conhecimentos. Entretanto,

[...] a análise da construção moderna/colonial do gênero e seu alcance é limitado. O olhar de Quijano (um dos nomes da teoria decolonial) pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo e seus recursos e produtos. (LUGONES, 2008, p. 78, tradução nossa)

Dessa forma, tal vertente da teoria feminista foca nos papéis que as relações de gênero possuem na colonialidade, tanto do poder, quanto do saber (SEGATO, 2012). Assim, ela, diferentemente das teorias feministas tradicionais, sugere a exclusão da categoria “mulher” como sujeito universal, uma vez que o gênero também é culturalmente definido e diferenciado (CASTRO, 2020). A colonialidade, para a teoria feminista decolonial abarca os eixos do sistema de poder, permeando o controle do acesso sexual, subjetividade/intersubjetividade, entre outros (LUGONES, 2008).

Ademais, relacionar a modernidade e a colonialidade, por meio das teorias decoloniais também implica entender que “a crueldade e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem e anexam novas regiões” (SEGATO, 2012, p. 108). Isto é, para o feminismo decolonial a colonialidade implica também uma maior subordinação do corpo feminino, que é visto como mercadoria e um aumento das violências, decorrentes diretamente a essa visão. Além disso, a colonialidade do gênero, pensado por Rita Segato (2012) é assimilar a interseccionalidade na compreensão de violências ligadas ao feminino e a obrigatoriedade de se pensar, de forma vinculada sobre gênero, raça e classe.

Desse modo, a teoria feminista decolonial se coloca como uma perspectiva de análise em sociedade que, como já muito apresentado, passaram por processos coloniais e, conseqüentemente tem, em suas sociedades uma perpetuação das questões ligadas a colonização e que esteriotipiza as mulheres do chamado “terceiro mundo”, desconsiderando agendas e resistência (BALLESTRIN. 2021).

## **2.2 ESTABELECENDO CONEXÕES ENTRE A PAZ E O FEMINISMO/FEMININO**

Já é mais do que claro a relação entre o feminino, o gênero e as (R)relações (I)internacionais - tanto no sentido da disciplina quanto de relações empíricas -. Mas para além disso, quando entramos nos assuntos ligados à paz, construção e conceitos é possível perceber que existe uma lógica inerente e inevitável que liga a paz ao feminino. Isso se dá tanto pensando nas questões mais amplamente estudadas, como a guerra e as mulheres que se envolvem nesse espaço de alguma maneira, quanto nas teses relacionadas a uma esfera mais pessoal e individual, como pensando em conceitos de subordinação e relações advindas do patriarcado.

Karen Warren e Duane Cady (1994), em seus escritos sobre as conexões entre a paz e o feminismo, apresenta seis tópicos importantes que comprovam as conexões claras e inerentes entre ambas temáticas. Elas se vêem através de conexões: conceitual, empírica/experimental, histórica, política, simbólica/linguística e psicológica (WARREN, CADY, 1994).

A primeira conexão apresentada pelas autoras é a conexão conceitual, isso pois tanto os estudos para a paz quanto o feminismo estão estruturados dentro de uma lógica de dominação (WARREN, CADY, 1994). As perspectivas feministas

concordam com que a dominação e opressão para com as mulheres existem e recebem diferentes roupagens, podendo ser definido como o patriarcado ou pela desigualdade de gênero, em teorias mais liberais, ou pensando em teorias críticas pós-positivistas, um conglomerado de opressões, como a colonialidade, questões de classe, raça, entre outras. Em relação a isso, a paz tem como seu obstáculo a guerra, categorizado pelas autoras como uma “dominação levada ao extremo” (WARREN, CADY, 1994, p. 06) e a construção de uma paz genuína, ou positiva, é concatenada a superação das desigualdades de gênero e de justiça social, definida como objetivos do feminismo como processo transformador.

A segunda conexão é por meios empíricos, é possível relacionar tal conexão com o conceito apresentado anteriormente sobre a violência estrutural, teorizado por Galtung (1969). Isso se dá uma vez que há “dados concretos ligando mulheres, crianças, pessoas de cor e pobres ao ambiente de destruição e diferentes formas de violência, especialmente a guerra” (WARREN, CADY, 1994, p. 07), assim as autoras colocam que, a partir de vivências anteriores de conflitos e espaços de insegurança, como as operações da Guerra do Golfo ou os conflitos da Bósnia-Herzegovina, é possível clarificar que tais grupos antes citados são vistos como “vítimas genéricas da guerra”.

A conexão histórica entre o feminismo e a paz é o terceiro ponto levantado, no qual basicamente se entende que, historicamente a prática de violências contra as mulheres, como o estupro, são partes naturais da guerra (WARREN, CADY, 1994). O estupro se tornou uma arma de guerra ao longo da história, tanto com o objetivo de degradar o lado contrário, como uma exposição clara da visão do corpo feminino como um mero objeto, um ser inanimado que tem como único objetivo prover a saciedade ao masculino.

A quarta conexão exposta pelas autoras pode ser considerada uma das mais importantes, uma vez que detona a conexão política entre a paz e o feminino. É apresentado o exemplo das Mães da Praça de Maio, do espanhol, Las Madres de la Plaza de Mayo, no qual

[...] são mulheres que marcham toda quinta feira em uma das principais avenidas de Buenos Aires, Argentina, comemorando e reclamando a vida dos “desaparecidos” da Guerra Suja (guerra sucia) (WARREN, CADY, 1994, p. 11)



Tal ideia ajuda a entender o fato de que as mulheres estão constantemente na linha de frente das discussões, manifestações e atividades práticas, lutando contra a guerra e pela paz (HAMILTON, 1991; WARREN, CADY, 1994).

A quinta e sexta conexão apresentada retomam aspectos linguísticos/simbólicos e psicológicos, nos quais retomam a ideia do uso de palavras com conotações femininas para representações da natureza e o uso das mesmas como instrumentos da guerra, elas apresentam que

A linguagem que tanto feminiza a natureza e tanto naturaliza a mulher descreve, reflete e perpetua a dominação e a inferiorização de ambas, ao não ver até que ponto a dupla dominação da mulher e da natureza (WARREN, CADY, 1994, p. 12)

Assim, através da perspectiva do ecofeminismo, trazido pelas autoras, é possível ver essa relação pertencente entre o feminismo e a paz. Desse modo, legitimando os estudos feministas para com a paz. No qual será possível ver, no próprio tópico, como esses estudos estão historicamente presentes dentro do campo, mesmo que marginalizados.

### **2.2.1 TEORIAS FEMINISTAS PARA A PAZ**

Entender a genealogia de abordagens marginalizadas como as perspectivas feministas para a pesquisa sobre paz requer leitura do silêncio e da análise do poder: que tipo de trabalho desaparece com o tempo das páginas das revistas de referência? (Wibben, 2021, p. 17)

Annick T. R. Wibben (2021), em seu texto *Genealogias dos Estudos para a Paz Feminista*, do inglês, *Genealogies of Feminist Peace Research*, presente no livro *Handbook of Feminist Peace Research*, organizado por Tarja Väyrynen, Swati Parashar, Élise Féron e Catia Cecilia Confortini, apresenta alguns pontos importantes de se entender a presença feminista nas pesquisas sobre paz ao longo do desenvolvimento dela por si só. Isso pois, desde os primeiros pontos apresentados no capítulo anterior, onde se pode datar o início das teorias sobre paz modernas com o fim das grandes guerras, também se pode colocar os esforços feministas para tal. Inicialmente, ela apresenta a importância de se entender e pensar os engajamentos das feministas para com a paz através do trabalho de ativistas e promotoras da paz.

Assim, historicamente é possível analisar a luta do feminismo em concomitância a luta pela paz para que assim, posteriormente se desenvolvesse

reflexões feministas diretamente ligadas ao tema, criando assim a paz feminista. O início se dá no contexto do fim da Primeira Guerra Mundial, organizado primeiramente pelo Congresso Internacional das Mulheres, do inglês, *International Congress of Women*, no qual se iniciou a “delimitar uma série de ‘princípios para a paz permanente’ [...] que foi colocado como influenciador dos Quatorze Pontos de Woodrow Wilson” (POTTER apud CONFORTINI, 2010, p. 07). Em resultado, tem-se o desenvolvimento do *Women's International League for Peace and Freedom* (WILPF), em tradução livre, a Liga Internacional das Mulheres para a Paz e a Liberdade, que retoma a “[...] um número de mulheres estadunidenses e europeias com um histórico de luta pelo sufrágio e trabalho social” (CONFORTINI, 2012, p. 09, tradução minha) e se organizam com o objetivo final de parar a guerra.

Mesmo que fosse um movimento que buscava a paz, ele estava atrelado a diversas perspectivas ideológicas e políticas. Um grupo se ligava ao movimento de emancipação feminina, muito ligado aos princípios do liberalismo internacional, priorizando movimentos de não violência e o estabelecimento da paz como método, não um estado, o que muito ligavam-a com movimentos pacifistas e de não violência. Além disso, tinham representantes do movimento radical sufragista, como Matilda Joslyn Gage; líderes dos movimentos anarquistas, como Emma Goldman, além de grupos de feministas de outras escolas críticas (WIBBEN, 2021).

Desse modo, as discussões se mostraram muito mais complexas do que o desenvolvimento de uma sociedade sem guerra, pensando na opressão por meio do capitalismo, pelas anarquistas, e também a ideia do desenvolvimento de um relacionamento colonial entre o sul e o norte global. Se coloca importante entender o WILPF uma vez que foi uma organização que sobreviveu os turbulentos anos que antecederam e durante a Segunda Guerra até o “trabalho contra a proliferação nuclear, o desarmamento e mais” (CONFORTINI, 2010) que sucederam a Segunda Grande Guerra.

Com o fim da guerra, menos de um ano após as bombas atômicas, é realizado um segundo encontro da Liga. Mesmo como um movimento que se estruturava de maneira sólida, as mulheres presentes se colocavam como ativistas da paz, deixando a teoria como segundo plano, mas, ao mesmo tempo,

[...] elas estavam pensando teoricamente sobre como conciliar a sua crença na paz com as suas identidades e papéis como mulheres, junto a vida experienciada com a guerra e a realização de que suas ideologias [de paz]

havam falhado em prever a Segunda Guerra Mundial. (CONFORTINI, 2012, p. 04)

As pensadoras feministas viram a necessidade de desvincular a guerra aos movimentos feministas pela paz, como os estudos para a paz, e entender que a paz feminista se distanciava do pensar a luta feminista dentro dos cenários de guerra e se aproximava dos estudos de paz positiva. Além do mais, quando se associa as teorias feministas dentro do pensar a paz se abre uma gama de problemáticas, tanto de justiça e desigualdades sociais quanto de questões mais extremas de violações de direitos humanos. Catia Confortini (2012) expõe que desde os anos 1960 as mulheres estavam fortemente presentes desenvolvimento contribuições para se pensar tanto o papel feminino quanto da questão da paz dentro do movimentos, desse modo, elas foram as primeiras a reconhecer a relação existente de gênero na paz e na guerra.

A frase “*peace have no meaning without freedom*” (CONFORTINI, 2012, p. 03), na tradução, a paz não tem nenhum significado sem a liberdade, foi dita por feministas francesas no encontro do *Women's International League for Peace and Freedom* de 1946, ao descrever a ocupação nazistas experienciada por elas no período da 2º Guerra Mundial. Como já apresentado anteriormente, os debates feministas caminham em concomitância com com os Estudos para paz, entretanto, ao mesmo tempo, as teorias feministas surgem na paz para reivindicar um lugar e trazer o desenvolvimento de uma paz que esteja atrelada a liberdade, colocando a paz positiva em um nível acima de análise.

A teoria feminista para a paz é um caminho coerente a se seguir, quando se pensa na relação inerente entre a violência de gênero e o conflito. Isso se dá principalmente pelo fato de que todas as relações sociais/políticas/econômicas perpassam por questões de gênero, como apresentado na Declaração do México, que será tópico do terceiro capítulo, que a existência de uma

[...] reestruturação desejável da ordem social mundial exige, **em particular e especialmente**, a reordenação das relações entre homens e mulheres e que, **por definição**, nenhuma mudança é verdadeiramente progressiva se não for superada a dominação cultural e econômica das mulheres pelos homens (WIBBEN, 2021, p. 20 apud WOODWARD, 1975, p. 06, ênfases como do texto original)

Desse modo, se entende a inerente relação entre o gênero, os conflitos, e, conseqüentemente, a paz. Assim surge, junto às teorias pós-hegemônicas e

críticas, a fim de desenvolver um pensamento e uma paz democrática e que se propõe a ser diferente, dentro das similaridades, em cada sociedade. Karen Warren e Duane Cady (1994) argumentam, nos anos 1990, que quando as teorias feministas forem levadas a sério haveria um ampliamto das discussões filosóficas sobre paz uma vez que elas precisam “ser atualizadas, expandidas e reconcebida em formas que centraliza as percepções feministas dentro da interrelação entre mulheres, natureza, guerra e paz.” (1994, p. 5).

Entretanto, como toda teoria, seu desenvolvimento dentro dos estudos para a paz não foram tão igualitários, principalmente quando se entende que, a luta das mulheres se iniciou com a necessidade e a vontade de sair do meio privado, imposto ao sexo feminino e contra a histórica marginalização das decisões (PORTOLÉS, 2007), mas que, ao mesmo tempo excluía um grupo de mulheres que, desde o início das sociedades modernas precisavam sair do meio privado para a própria sobrevivência, uma vez que, além de mantedoras dos filhos também, em sua maioria, necessitavam manter o lar.

Paralelamente as discussões sobre a paz feminista se debruçaram na múltiplos conceitos de gênero, poder e violência para entender a possibilidade e necessidade de múltiplos conceitos da paz feminista, uma vez que ambos estão em constante transformação e mesmo que historicamente discutidas, sofrem com diversos movimentos contrários e questionamentos quanto a necessidade e importância das discussões. Entrando mais profundamente na paz feminista se vê necessário questionar-se qual a necessidade de uma teoria como esta e qual a importância dentro dos movimentos feministas e dos estudos para a paz.

Annick Wibben (2021) trás em seu trabalho o nome de algumas autoras importantes que pensam sobre as diferentes noções de poder para se entender como se dá as relações da paz feminista. Primeiramente tem-se Berenice Carroll (1972) que apresenta uma posição geral dos Estudos para a Paz de se pensar o poder como “controle, dominação ou influência” (1972, p. 585), entretanto esse conceito acaba por limitar a ideia de poder para instituições e grupos propensos a terem poder. Assim, Wibben mostra que Carroll argumenta que “noção de poder que reconhece os valores das capacidades, a que outros chamaram ‘poder-com’” (1972, p. 593), isso é, reconhece a ligação da ideia de poder para com outras questões, como a violência.

A segunda autora apresentada é Barbara Roberts (1980), que apresenta a ideia de que o poder existe através de seu exercício sobre as mulheres, podendo ser expresso em diferentes tipos de violência, ligada ao patriarcado (WIBBEN, 2021). Por fim, se destaca Cynthia Cockburn (2010), e sua ideia sobre o poder como dominância estritamente ligada a violência, onde “de fato, o potencial de violência física, econômica e psicológica é quase a definição [tradicional] de poder” (WIBBEN, 2021, p. 21 apud ROBERTS, 1984, p. 197). Assim, se entende o papel precursor das teóricas feministas, que também estudavam paz, em se entender noções importantes para tal desenvolvimento.

Entretanto, para antes, tal movimento vem em consequência também a violência cultural e estrutural, já exposta anteriormente, que se liga às mulheres à marginalização do meio público e de estipulação de um voto para paz que é natural para as mulheres, trazida por meio de uma tradição patriarcal (PORTOLÉS, 2007). Isso se dá, principalmente, devido à histórica ligação da mulher com o trabalho do cuidado, como uma posição, mas que, dentro do cenário das sociedades patriarcais ocidentais, se converteu como comum a natureza feminina. Além dessa figura do cuidado, as discussões de gênero muitas vezes envolveram uma dicotomia maniqueísta, isto é, uma separação entre o feminino e o masculino como opostos e contraditórios um com o outro. Consequentemente, ao associar o feminino à paz e ao cuidado, estabelece-se a figura masculina como a violência e guerra.

A masculinização da guerra e feminização da paz, algumas investigadoras feministas têm alertado para os perigos de uma agenda de investigação para a paz imbuída de conceitos de violência, paz e segurança, também eles masculinos, redutores e auto-perpetuadores de uma ordem assente na desigualdade entre sexos (SANTOS, p. 04, 2011)

Pode-se então refletir que o feminismo trabalha dentro dos estudos para a paz a fim realizar essa desassociação, dado que, em primeira vista pareça inocente e até bom para o lado do feminino, mas ajuda a justificar a lógica da dominação, relação essa já óbvia (WARREN, CADY, 1994). Com isso, se entende o esforço por trás da paz feminista, uma vez que,

Entendendo a paz e a guerra como conceitos e práticas imbuídos, de forma profunda, de estruturas patriarcais, concebem a paz como dependente da ruptura com os estereótipos e a promoção de novas relações de poder entre homens e mulheres, avançando com a proposta de um novo tipo de cidadania, menos dependente de valores militares, e trabalhando no sentido da problematização da associação homem-violência. (SANTOS, p. 06, 2011)

Assim se entende que a paz pede o desenvolvimento de um novo mundo centrado em diferentes relações de gênero e suas estruturas (WIBBEN, 2021). A principal problemática a ser discutida e pensada dentro da paz feminista, mas que vai se complexando através dos estudos, dado que, como explicado sobre a paz positiva, é necessário discutir a paz atrelada a justiça social. Concomitantemente, as lutas feministas se embasam na justiça social e na luta contra as opressões de gênero que estão presentes no cotidiano, desse modo, o pensar a paz feminista adquire com mais força essa luta.

Os movimentos de paz feminista, como o WILPF, desde o período das guerras entendiam, assim como a fala das francesas, que não existe paz sem liberdade. Desse modo, cabe a paz feminista entender como se dá liberdade feminina, e além de estar longe de ser alcançada, necessita primeiramente combater as opressões do cotidiano, para que assim pudesse almejar algo maior.

Dessa forma, para se pensar modelos de paz feministas, é imprescindível desenvolver a paz como um aparato ligado às violências micro, visto que, seja em uma sociedade em conflito, seja em uma sociedade teoricamente em paz, as mulheres diariamente lidam com situações de opressão, hostilidade e violência. Essas violências, mesmo que em diferentes proporções, são, em sua maioria, as mesmas, contra a dignidade humana, contra a segurança física e social. Ao pensar nas denúncias feministas por esses processos, se esbarram em elementos-chave das teorias das Relações Internacionais e dos estudos para a paz, como Estado, poder e segurança (SANTOS, 2011).

Assim, se explicita a necessidade de se pensar uma paz feminista e de se entender, dentro das problematizações da paz as intersecções que fazem com que este estudo seja, antes de mais nada, um estudo dos direitos humanos e não da guerra. E, com isso, é de suma importância o reconhecimento das reflexões e, ademais, das pensadoras e teóricas dessa teoria, e é nesse aspecto que a segunda parte desse trabalho irá se debruçar.

Os Estudos para a Paz e, conseqüentemente, os estudos de Paz Feminista tiveram muitas mudanças a fim

[...] de começar a ver mais acadêmicos de outras regiões, à medida que as organizações profissionais alargam o seu alcance e as vozes dos acadêmicos dos dois terços do mundo são mais amplamente representadas. (WIBBEN, 2021, p. 24)

A ideia de Paz Feminista, deve caminhar a fim da inserção de diferentes perspectivas e modos de se pensar tanto a ideia do que é paz quanto a ideia do feminino. Para isso, se desenvolve uma metodologia própria, respeitando as singularidade de cada teoria feminista, a metodologia surge como uma forma de se relacionar as distintas maneiras de se teorizar.

### **2.2.2 “COMO SE FAZ OS ESTUDOS PARA A PAZ FEMINISTA?” METODOLOGIA PARA OS ESTUDOS FEMINISTAS DE PAZ**

Como se faz os Estudos para a Paz Feminista? É com essa pergunta que Annika Björkdahl e Johanna Selimovic começam seu texto sobre metodologias feministas para a paz. A metodologia feminista para paz tem o papel de, para além de definir uma série de métodos e formas específicas de se pesquisar, mas entender sua eficiência e seu papel por meio de uma gama de habilidades investigatórias e, assim de tudo, sensibilidades (VÄYRYNEN *et al*, 2021). Assim, é de obra desse tópico, a partir do capítulo das autoras acima, entender a chave para o desenvolvimento de uma metodologia crítica.

Uma metodologia representa “a estrutura que orienta as suposições e reflexões epistemológicas e ontológicas” (ACKERLY apud VÄYRYNEN *et al*, 2021, p. 40, tradução minha) e é possível entender que toda metodologia adotada passa por um nível de exclusão, isto é, deixa determinados assuntos de lado, os tornando invisíveis, ou com menos dedicação, para as pesquisas que a utilizam e coloca foco em outros pontos. A epistemologia se concentra em como podemos saber as coisas, enquanto a ontologia se liga a ideia de como o mundo é constituído e como podemos construir o conhecimento em cima disso, desse modo, cabe a metodologias ligar como se constrói e como é possível adquirir esse conhecimento, por meio de diferentes processos (IBIDEM).

Enloe (2014) questiona onde estão as mulheres e a metodologia para a paz feminista tem o papel de realçar a presença feminista dos mais diferentes ambientes, organizações, processos e Estados, “a fim de corrigir as tendenciosas pesquisas que ignoram, marginalizam ou incompreende as experiências femininas” (VÄYRYNEN *et al*, 2021, p. 40). As metodologias feministas trabalham a fim de revelar hierarquias de subordinação e dominação, desmascarando causas e

consequências desses processos e, conseqüentemente, se estabelecem como um método de desconstrução de metodologias hegemônicas.

Assim, a metodologia feminista surge com o objetivo de descolonizar tal meio, representante de modos dominantes de conhecimento VÄYRYNEN *et al*, 2021) e entende o papel do feminino para o estabelecimento de novas formas de conhecimento. Desse modo, se compreende seu papel em dar visibilidade às opressões de gênero e violências que historicamente estão presentes e, são mantidos com personalidade pelas metodologias hegemônicas através da escuta de mulheres comuns e seus anseios, medos e inseguranças no contexto em que ela está inserida.

As abordagens metodológicas feministas à paz têm sido capazes de desafiar o pressuposto comum de que o conceito de paz é epistemológica e ontologicamente estável, em termos de representação de uma verdade objetiva, de um conhecimento universal e de uma ética universal (VÄYRYNEN *et al*, 2021, p. 42)

Oliver Richmond, assume que as metodologias de paz estão suscetíveis a um “universalismo, idealismo e rejeicionismo” (2020, p. 05). Entende-se, assim, a necessidade e pretensão da Paz Feminista de se desenvolver uma metodologia que rompa com características reducionistas e generalista, mesmo no viés mais crítico.

Aqui muito se pode relacionar a famosa frase apresentada inicialmente no capítulo “o pessoal é político”, uma vez que o principal esforço da agenda para a paz feminista está na “transformação de histórias, experiências e representações de pessoas, indivíduos e corpos para além de representações de Estados ou elites políticas” (VÄYRYNEN *et al*, 2021, p. 41). Isso significa entender que o pessoal e o subjetivo podem ser um mecanismo teórico, gerando, de forma crítica, método (AHAILL, 2018). Assim, a reflexão da metodologia feminista se dá através do estudo das dinâmicas de poder, por meio de processos micro e individuais, mas que espelham relações sociais mais abrangentes. Dessa maneira, a metodologia feminista está preocupada, além das ambições normativas, com a emancipação e a transformação (VÄYRYNEN *et al*, 2021).

Vale entender que as metodologias dos Estudos para a Paz não tinham as ferramentas que possibilitavam o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a paz feminista, uma vez que, as agendas, mesmo que se entrelaçam, seguem por caminhos diferentes. As pesquisas do feminismo para a paz caminham no trabalho de desafiar as narrativas masculinizadas sobre guerra, desfazendo relações de



poder dentro da própria paz e apontando críticas de gênero dentro do peacebuilding, que separam vítimas e autores (VÄYRYNEN *et al*, 2021).

Não é possível apresentar analisar todas as metodologias feminista para a paz, uma vez que, como tudo que envolve os estudos para a paz e o feminismo não pode ser definido de uma única forma, ela é plural e inclui um incontável número de metodologias inovadoras. Entretanto, Annika Björkdahl e Johanna Selimovic destacam três que, devido suas maneiras de se desenvolver, são famosas e um poderoso veículo para as pensadoras da paz defenderem as questões. São elas a etnografia, as metodologias que trabalham na desconstrução e nas representações de gênero e as metodologias quantitativas (VÄYRYNEN *et al*, 2021).

A metodologia etnográfica está muito ligada à observação das experiências femininas ligadas ao conflito, a guerra e, acima de tudo, a paz.

A etnografia feminista da paz começa no cotidiano, tal como as pessoas o vivenciam, e explora a forma como os elementos relevantes da paz e do conflito são constituídos pelo e no cotidiano. (VÄYRYNEN *et al*, 2021, p. 42)

A realidade das mulheres dentro de cenários de conflito, realidade essa ligada não diretamente aos processos mas como tais processos influenciam e modificam a sua forma de viver, representa uma grande chave para o desenvolvimento de uma metodologia etnográfica. Tal forma metodológica explora como o corpo importa dentro do cenário político da guerra e da paz e, para além, como existem corpos mais vulneráveis à influência externa (BUTLER, 2004).

Para isso, a etnografia demanda observação. Isso é, demanda a imersão no contexto dessas mulheres, podendo ser definido como uma abordagem “*being-in-place*”, da tradução “estar-no-lugar” (RICHMOND, 2015; VÄYRYNEN *et al*, 2021). Assim, demanda, para além de uma participação ativa e da observação das experiências compartilhadas, mas da interpretação subjetiva do silêncio, isso é, entender que o silêncio também está carregado de significados. A partir da posição de um “vulnerável observador” é possível “explicitamente tomar nota da sua própria posição e escrever sobre essa vulnerabilidade a partir de uma posição de força” (VÄYRYNEN *et al*, 2021, p. 43).

A ideia de uma metodologia para a desconstrução e nas representações de gênero, as autoras apresentam que “se não prestarmos atenção à lógica visual do

gênero, não conseguimos captar aspectos importantes da guerra e da paz” (2021, p. 45). Desse modo, essa metodologia se estabelece na narrativa do estereótipo feminino a fim de entender seu papel para o desenvolvimento de um processo de paz que não ultrapassa essas questões e, conseqüentemente, conserva ordens de dominação. Tais estereótipos permitem não só entender a relação do feminino e do masculino com a violência como possibilita tirar a limitação de entendimentos ligados ao uso da violência pelas mulheres.

Uma ideia presente em todas as metodologias feministas para a paz é a legitimação de todos os relatos, isso é, entender, acolher e escutar o que é dito e aceitar como algo real, além do acolhimento em momentos de silêncio. As teóricas feministas evidenciam que,

Inspirados pela empatia feminista e pela ética do cuidado, procuramos respeitar a agência das vítimas, tanto as que escolheram falar como as que optaram pelo silêncio, baseando-nos nos seus próprios relatos das suas experiências. (VÄYRYNEN *et al*, 2021, p. 45)

Por fim, a metodologia quantitativa, para os Estudos Feministas para a Paz funcionam através da possibilidade de se encontrar padrões, sejam eles padrões de violência, de dominação ou padrões de luta. A análise qualitativa é criticada pois está tradicionalmente associada à tradição positivista do conhecimento é, à primeira vista, desconectada da possibilidade de relações com o entendimento do poder e das problemáticas de gênero. Entretanto, é através dessa crítica que as autoras feministas conseguem desenhar teorias por meio de processos empíricos que permitem o estabelecimento de padrões (VÄYRYNEN *et al*, 2021). Vale ressaltar que a utilização de metodologias como a quantitativa exige a familiaridade e o apoio de outras metodologias que aperfeiçoam e analisam os dados assim coletados.

Em conclusão, é possível entender que a partir de uma olhada nos acontecimentos e vulnerabilidade femininas ligada ao micro, que perpassam e são potencializadas pela violência do conflito, é possível desenvolver teorias que, através de um olhar local, comprovem padrões de dominação e poder. Para assim pensar em um processo de paz que efetivamente combata as injustiças e desigualdades sociais e possibilite o desenvolvimento de uma paz duradoura.

Mesmo que as teorias feministas se diferem e discutem temas tão diferente entre elas, a metodologia de se pensar pode ser definida de uma forma similar, uma vez que desde os primeiros questionamentos de Tickner até as ideias de Lugones

se vê presente a necessidade de uma metodologia que dê voz às mulheres, assim pode-se pensar na metodologia feminista.

### **2.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Com as contribuições apresentada foi possível analisar as principais relações entre os Estudos para a Paz e o pensamento feminista, que se entrelaçam a fim de desenvolvimento de um pensamento feminista para a paz. Desse modo, se entende como a ideia da paz feminista caminha em concomitância aos Estudos para a Paz, uma vez que se coloca a ideia da paz positiva e duradoura como o objetivo final. Assim, primeiramente é necessário compreender como as desigualdades de gênero, historicamente, estão presentes nas sociedades e relações sociais, com isso, se torna impossível não reconhecer a presença do gênero nas Relações Internacionais.

A ideia do pessoal também é político, serve como um ponto de partida para o entendimento das teorias feministas como um processo para além do doméstico. Entretanto cabe ressaltar que a ideia de gênero não é inerentemente pessoal, ela foi colocada e trancafiada no meio privado por meio de violências e opressão, da mesma forma que se foi silenciado a presença das teorias feministas dentro do meio internacional. Desse modo, foi e é trabalho das autoras, libertar, resgatar e inserir tais discussões dentro dos caminhos historicamente proibidos.

Através dos desentendimentos apresentados fica claro como as teorias feministas, muito além de se posicionar, apresentam ideias já muito presentes nas discussões. Todas as relações são marcadas por rastros de poder e dominação, tais evidências caminham desde a questão de gênero, até ideias de raça, classe e posição geográfica, por exemplo. Desse modo, é papel das teorias críticas feministas pensarem tais relações atreladas a outras noções marginalizadas, assim, se entende a necessidade de se dar destaque a teorias como a teoria feminista decolonial.

Simultaneamente, os conceitos de paz, ligados a uma paz positiva, tem o papel de pensar tais desigualdades e como combatê-las. Dessa forma, o feminismo e a paz podem ser ligados em diferentes atmosferas, desde histórica, a políticos e sociais, assim, pensar para além da paz liberal reflete a necessidade de inserção de teorias que têm o papel de crítica às relações até então vigentes. Assim se entende

a necessidade de se ter uma teoria feminista para a paz. A ideia de paz, no cenário feminino, se distancia um pouco da ideia de cessar fogo e caminha em direção de se pensar a segurança feminina.

Cenários e ambientes teoricamente em paz, em muitos momentos, representam espaços de grande insegurança para as mulheres. Desse modo, a ideia da paz feminista se apresenta a fim de pensar o conceito de paz em uma vertente micro. Para isso, as teorias feministas para a paz utilizam de metodologias próprias, a fim de desenvolver um processo de aprendizagem e pesquisa que se aproximem das questões até então estudadas. Um conflito normalmente leva a um aumento de inseguranças e desigualdades que não necessariamente são levadas em consideração ao fim dos processos de guerra. Assim, o papel da paz feminista é entender como se pode combater tais processos de insegurança, uma vez que as teorias se baseiam na ideia de que a paz não possui nenhum significado sem a liberdade.

Por fim, por meio das metodologias próprias, que geram estranhamento a teóricos de teorias hegemônicas, é possível entender como se pode estabelecer uma paz profundamente atrelada à liberdade e à segurança feminina. Através do silêncio, da escuta e da observação, as teóricas feministas continuam a criticar e revolucionar a disciplina de Relações Internacionais e os Estudos para a Paz.

### **3. APLICABILIDADE DAS TEORIAS FEMINISTAS NAS RESOLUÇÕES DA ONU**

Neste capítulo será discutido a aplicabilidade das teorias feministas para paz através da análise de alguns processos, resoluções e conferências realizadas pela ONU a fim de entender como as teorias feministas para a paz apresentadas anteriormente estão ou não presentes nos processos práticos de construção da paz. Primeiramente é importante entender quais são os antecedentes que, pela primeira vez, trouxeram a ideia relacionada de paz e mulheres para o vocabulário internacional, através das Conferências realizadas no período conhecido como A Década das Mulheres da ONU. Por meio dela, pode-se entender que essa ideia não foi algo inicialmente bem aceito, principalmente devido ao período da Guerra Fria e ser uma agenda trazida pelas delegações socialistas. Mas, através do protagonismo das feministas soviéticas foi possível colocar a paz e as mulheres como temática principal. Posteriormente, com o desenvolvimento da Resolução 1325 pode-se perceber que tal relação se tornou presente nas discussões. Entretanto, por meio da análise dessa resolução e seus relatórios é possível finalizar entender se é possível ver as teorias feministas para a paz presentes e críticas seguindo as mesmas.

#### **3.1. A DÉCADA DAS MULHERES E OS PRIMÓDIOS DE SE PENSAR MULHERES E PAZ NA ONU**

O ano de 1975 foi estabelecido como o International Women's Year, isso é, o ano internacional das mulheres, e em sua finalização foi realizado uma Assembleia Geral das Nações Unidas, no qual 107 países votaram a favor da Resolução 3520 que endossava o Plano Mundial de Ação, a Declaração do México feita no *International Women's Year Conference*, traduzido para Conferência Internacional do Ano das Mulheres e a proclamação da Década das Mulheres (STEPHENSON, 1982). Assim, entre os períodos de 1976 e 1985 se instaurou o chamado *United Nations Decade for Women*, da tradução Década das Mulheres das Nações Unidas.

Tal década contou com o desenvolvimento de três conferências principais, sendo elas no México (1975), Copenhague (1980) e Nairobi (1985) e tiveram como objetivo principal a inserção da questão feminina dentro do cenário internacional, promovendo diálogos entre o mundo das mulheres e as suas profundas divisões

com o “mundo exterior” (CHABAN, 2016; GHODSEE, 2008). Além das discussões presentes nas conferências, a década das mulheres teve o papel importante de colocar em diálogo as mulheres dos países socialistas e as mulheres dos países capitalistas, uma vez que ambos os grupos tiveram papéis centrais e ativos no desenvolvimento das três conferências.

A década das mulheres pode ser considerada tanto “criatura como criadora do movimento internacional das mulheres” (STEPHENSON, 1982, p. 287), dado que seu desenvolvimento teve como consequência uma maior destaque nas questões voltadas ao gênero e ao feminismo, o que acarretou em uma ampliação dessas ideias, como antes já explorado. Entretanto, sua criação não foi, como nada, um estabelecimento unânime, o mundo era definido como primeiro, segundo e terceiro mundo, no qual representava, respectivamente, os países capitalistas hegemônicos, os países socialistas e os países de desenvolvimento tardio. Carolyn Stephenson (1982) apresenta em seus escritos sobre a Década das Mulheres das Nações Unidas, que o “primeiro” mundo se empenhou na criação do Ano Internacional das Mulheres, que foi visto em oposição pelos outros grupos.

O bloco comunista expunha que os problemas das mulheres não existiam no socialismo e que o grande causador das desigualdades femininas era o capitalismo e a exploração capitalista. Os países de desenvolvimento tardio acreditavam que focalizar nos problemas das mulheres tiraria a atenção das questões sobre desenvolvimento, que conseqüentemente levariam a uma melhora na condição feminina (STEPHENSON, 1982). Assim, para que fosse possível a participação do mundo como um todo, o desenvolvimento dos objetivos da Década foram feitos a partir do diálogo entre os três e, com isso, se estabeleceram três diretrizes principais que acompanhariam os processos das conferências, que são elas: Igualdade, Desenvolvimento e Paz.

Se, no início, as estratégias de igualdade, desenvolvimento nacional e paz eram palavras de código de conflitos entre Estados-nação, durante o Ano Internacional da Mulher iniciou-se um verdadeiro debate sobre a eficácia destas diferentes estratégias para a melhoria do estatuto das mulheres. (STEPHENSON, 1982, p. 288)

Assim, mesmo que em diferentes pesos e perspectivas, ao longo das três conferências que marcaram a década feminina, foi possível perceber a presença dos tópicos anteriormente citados. Com isso, fica claro, como já discutido nos

últimos capítulos, a inerente ligação entre as ideias e teoria feministas e o desenvolvimento de organizações para se pensar a paz.

A conferência realizada na Cidade do México foi a primeira realizada como um tributo ao Ano Internacional da Mulher, em 1975 (CHABAN, 2016). Sua realização, uma vez que se estava no auge da Guerra Fria, foi marcada por tensões entre o mundo capitalista e o mundo soviético, assim, a maior preocupação estava nas temáticas principais apresentadas por cada delegação (GHODSEE, 2008). Enquanto as estadunidenses acreditavam na necessidade de se discutir a igualdade entre homens e mulheres, as soviéticas traziam a agenda da paz como tópico principal das discussões.

Para elas, o potencial feminino para o alcance da paz e da cooperação entre as nações eram muito superiores que os esforços realizados pelos homens até então. Assim, a conferência foi marcada por tais discussões, uma vez que

[...] enquanto as feministas dos países capitalistas avançados queriam que a conferência se centrasse exclusivamente na igualdade das mulheres em relação aos homens, as mulheres dos países do bloco de Leste e do mundo em desenvolvimento defendiam a ideia de que tinham uma predisposição biológica para serem menos violentas (GHODSEE, 2008, p. 06).

Com isso, enquanto os Estados Unidos e a delegação israelense tentaram desenvolver um caminho para se pensar sobre o sionismo, o documento final seguiu como uma crítica aos mesmos e às intervenções estadunidenses para com os Estados socialistas. Mas ao final houve uma predominância da agenda soviética, com 89 votos a favor, 18 abstenções e apenas três contra, sendo Estados Unidos e Israel dois deles (GHODSEE, 2008; CHABAN, 2016).

A segunda conferência foi realizada cinco anos depois, em 1980, em Copenhague. Seus antecedentes são marcados por tensões do lado capitalista pela possibilidade de se repetir o protagonismo da delegação soviética. Desenvolvida por meio do documento produzido na conferência anterior, a Conferência de Copenhague teve como objetivo desenvolver de maneira mais profunda os problemas relacionados ao acesso à educação, emprego e saúde (CHABAN, 2016). Entretanto, a questão da paz ainda teve um papel de evidência a partir dos esforços das delegações soviéticas, uma vez que as mulheres soviéticas tentavam reforçar a superioridade comunista através da perspectiva histórica, pois

As mulheres desses países [já] participavam ativamente do desenvolvimento econômico e social e em outras esferas da vida pública de seus países, incluindo um esforço ativo pela paz, desarmamento, apaziguamento, e cooperação internacional. (ONU, 1980, p. 09)

O plano de Ação desenvolvido nessa conferência contava com o posicionamento da mulher no centro das agendas de desenvolvimento, além do desenvolvimento de uma ideia de paz igualitária com a eliminação da discriminação contra a mulher (CHABAN, 2016).

A última conferência realizada na Década da Mulher marca o fim desse período, no ano de 1985 em Nairobi. Ela foi considerada a maior de todas as conferências e passou por uma mudança de processos anteriormente considerados nas conferências, principalmente devido a questão geopolítica global ligada ao clima. Como uma forma de se fortalecer para evitar a “humilhação das feministas americanas” os Estados Unidos, então presidido por Ronald Reagan, se engajou no nos comitês para a organização da Assembleia, sendo a segunda vez na histórica que os Estados Unidos colocam foco na temática de gênero de maneira séria e comprometida (GHODSEE, 2008).

Tal engajamento estadunidense permitiu o estabelecimento de um diferente formato para o Plano de Ação desenvolvido na Conferência, no qual as delegações aprovavam ou desaprovam parágrafo por parágrafo, permitindo que determinados temas não fossem aprovados por todos mas ainda sim inseridos no documento final (2008). Essa forma possibilitou que delegações como a do Vaticano se posicionassem contra parágrafos que retomavam o direito da mulher ao controle de sua própria fertilidade, por exemplo.

Como as conferências anteriores a agenda de paz ainda estava proeminente, com o foco no desarmamento e o fim de conflitos regionais, assim delegações que estavam engajadas com a causa clamaram por uma Declaração das Nações Unidas sobre a Participação das Mulheres na Promoção Internacional da Paz e da Cooperação. Isso pela argumentação de que “quanto mais mulheres se empenharem ativamente em prol da paz, mais hipóteses haverá de alcançar uma paz duradoura” (ONU, 1986, p. 115).

A Década da Mulher das Nações Unidas teve um papel importante no estabelecimento de um protagonismo feminino para as questões internacionais, principalmente na presença ativa em questões voltadas à paz. Além disso a década têm um significativo papel no desenvolvimento de órgãos como o Fundo de



Desenvolvimento para Mulheres (UNIFEM, do inglês, *UN Development Fund for Women*) e outros organismos situados no Sul Global, como a Associação para Mulheres em Desenvolvimento (AWID, do inglês, *Association for Women in Development*) (CHABAN, 2016).

Assim, é possível entender que a Década da Mulher teve um papel ativo para colocar a mulher como um personagem central dentro do cenário de se pensar paz no contexto internacional. Inicialmente por meio dos esforços das feministas soviéticas que, com o fim da guerra fria, suas críticas ao capitalismo possibilitaram o estabelecimento de novas noções de feminismo e gênero, que desafiavam a ideia convencional. Além disso, ampliaram suas questões para a possibilidade de processos em prol do desenvolvimento de uma paz mais ampla, justa e duradoura.

A presença da delegação soviética foi imprescindível para o estabelecimento da agenda de paz junto à questão feminina. Uma vez que, as delegações dos países capitalistas, seguindo um projeto do feminismo liberal, viam a necessidade apenas de se pensar nas questões de igualdade entre homens e mulheres, o que não englobava tanto as pautas das socialistas quanto das delegações dos países do que hoje se entende como sul global. Desse modo, o protagonismo das mulheres soviéticas possibilitou o desenvolvimento de primeiros questionamentos sobre as mulheres e a paz e colocou no radar da ONU, mesmo sem a vontade de países como os Estados Unidos, uma temática que viria a ser importante para se pensar novas formas de se organizar os processos de construção da paz.

E, ao final, o desenvolvimento de uma década da mulher evidenciou os processos de alargamento das teorias feministas, que, acompanhando a terceira onda do feminismo mundial, ajudaram a relacionar as mulheres e a paz. Isso, além de colocar o gênero - ainda de maneira pouco complexa e como sinônimo de mulher - como um dos focos da Organização das Nações Unidas, deu embasamento para o aperfeiçoamento das teorias feministas para a paz.

### **3.2. O QUE FOI A AGENDA DE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA?**

A partir de 1990 ocorreu uma virada nos conflitos e debates internacionais, principalmente após o acontecimento da queda do muro de Berlin e o fim da era da Guerra Fria (HENDRICKS, 2020). O foco dos Estudos da Paz, como já antes apresentado, deixou de ser pensar a paz para evitar um grande conflito entre os

Estados Unidos e a União Soviética e passou a ter um olhar para conflitos internos intra-estatais que estavam presentes em várias regiões, principalmente Europa Ocidental e África. A Década das Nações Unidas para as Mulheres foi uma impulsionadora do desenvolvimento de uma agenda para/com as mulheres e possibilitou que esses novos enfoques da paz e segurança olhassem para a questão de gênero.

Assim, as Nações Unidas passam a, gradativamente, inserir a temática do gênero, e com isso,

[...] assiste-se, portanto, ao surgimento de um maior destaque deste tema, quando a ONU começou a implementar nas Operações de Paz, esforços voltados para a maior participação das mulheres. (PACHECO, 2018, p. 45)

Todos esses processos possibilitaram que a ONU resgatasse e reforçasse a preocupação da organização para com a dignidade, valor e igualdade entre mulheres e homens presente em várias passagens de sua declaração das Nações Unidas (PACHECO, 2018). Em vários artigos da Declaração das Nações Unidas existiam o enfoque da igualdade, como o artigo 8º que afirmava que “as Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945). A ideia de segurança, como expõe Cheryl Hendricks, teve uma mudança de definição, sendo pensada como a “liberdade do medo e liberdade da necessidade” (PNUD, 1994).

Tal ideia caminhou em direção concreta às ideias de paz tão discutidas pelas feministas nos congressos da WILPF de que é necessário pensar a paz atrelada à ideia de liberdade. Dessarte, as novas conceitualizações de segurança avançou para colocar a ideia de violência sexual e desigualdade de gênero como tópico chave para se entender a paz e a segurança, bem como posicionar novos atores para essas agendas de paz (HENDRICKS, 2020).

Com isso, foi anunciado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a Resolução 1325 de 2000, que ficou mundialmente conhecida como a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança, no qual

A própria expressão "Agenda Mulher, Paz e Segurança" (abreviadamente designada por "WPS" [do inglês, Women, Peace and Security]) é, por si só, um sinal de progresso entre os profissionais que trabalham em políticas e programas globais de gênero em todo o mundo, uma vez que é cada vez

mais aceite como um mandato importante numa grande variedade de instituições, tanto públicas como privadas. (MILLER; POURNIK; SWAINE, 2014, p. 01, tradução minha)

Isso se dá pois a criação da resolução possibilitou a elaboração de várias outras resoluções subsequentes com objetivo de aprofundar determinados tópicos citados em linhas gerais na Resolução 1325.

A Resolução 1325 de 2000 (UNSCR 1325), foi desenvolvida a partir de alguns pontos gerais que resumiam os objetivos a se conquistar por meio da resolução. Seus principais intentos estavam na participação, proteção de mulheres e a prevenção de violências, que podiam ser formados como, originalmente no inglês, “três Ps acompanhado do *mainstreaming* teórico”, na qual, no português, pode ser considerado os “quatro Ps”, sendo eles: a Participação das mulheres em todos os níveis de decisão; a Proteção de mulheres e meninas contra abusos sexuais e abusos baseados no gênero; a Prevenção de violências contra mulheres através da promoção de direitos e, por fim, o Protagonismo das perspectivas de gênero nas operações de paz (UNSCR, 2000; MILLER, POURNIK, SWAINE, 2014).

As autoras Barbara Miller, Milad Pournik e Aisling Swaine separam os pontos com alguns tópicos a fim de explicar e/ou exemplificar as metas estabelecidas. A primeira, participação das mulheres em todos os níveis de decisão fazia referência aos mecanismos de proteção, negociações da paz, nas operações como soldados, políticas e como representantes especiais da Secretaria Geral da ONU. O segundo ponto, expunha a necessidade de proteção das mulheres em situações de emergência humanitária, no papel de refugiadas e através do desenvolvimento de treinamentos para o corpo militar das missões de paz, para que existisse uma proteção efetiva de meninas e mulheres.

O tópico referente a prevenção expõe a necessidade de se promover os direitos da mulheres como um modo de se prevenir violências, para isso

[...] processar judicialmente os responsáveis por crimes de guerra, genocídio, crimes contra a humanidade e outras violações do direito internacional; respeitar a natureza civil e humanitária dos campos de refugiados; excluir os crimes de violência sexual dos acordos de anistia, uma vez que podem constituir crimes contra a humanidade, crimes de guerra ou genocídio; reforçar os direitos das mulheres ao abrigo da legislação nacional e apoiar as iniciativas locais de paz das mulheres e os processos de resolução de conflitos (MILLER; POURNIK; SWAINE, 2014, p. 02, tradução minha)

Por fim, a última remota o esforço para se colocar perspectivas de gênero como protagonistas em operações de paz, através da incorporação das contribuições e experiências femininas nas organizações e no desenvolvimento de programas.

Além disso, a Resolução teve um papel fundamental de início para uma trilha de processos e resoluções que viriam reafirmar a necessidade das mulheres nos processos de paz e repudiar as violências constantemente sofridas por elas. Tais resoluções, seis ao todo, foram elaboradas com a finalidade de aprofundar determinados tópicos citados mas que não tiveram tanto foco na resolução de 2000. Essas resoluções foram: UNSCR 1820 (2008), UNSCR 1888 (2009), UNSCR 1889 (2009), UNSCR 1960 (2010), UNSCR 2106 (2013) e UNSCR 2122 (2013) (MILLER, POURNIK, SWAINE, 2014).

Como principais objetivos para com tais resoluções, tem-se a ideia do foco na proteção das mulheres contra a violência de gênero, a necessidade de se pensar novos mecanismos para a responsabilização sob a violência, uma construção de elementos fundamentais para a participação feminina mais ativa nos processos, entre outras coisas (MILLER, POURNIK, SWAINE, 2014). Além disso, fica claro o diálogo estabelecido entre a resolução 1325 e as posteriores, que vinham com objetivos claros de melhorar e dar protagonismo a determinados tópicos apresentados na primeira resolução, trazendo assim maiores discussões sobre as temáticas apresentadas.

Entretanto, teorias relacionadas aos estudos para a paz atreladas a ideia de se pensar as violências de gênero e as construções da paz pós conflitos não caminharam junto com discussão de gênero - como uma categoria mais ampla de análise -, colonialidade e o avanço das teorias feministas nas Relações Internacionais. Desse modo, a real aplicabilidade dos tópicos propostos pelas Resoluções se ligam na ideia de que foram feitos

[...] progressos em termos de estruturas e formação, mas que isto não se traduz em progressos reais em termos de uma maior participação significativa das mulheres nos processos de paz e na prevenção da violência contra as mulheres em situações de conflito e não-conflito. (HENDRICKS, 2020. p. 02)

Assim, se entende que o desenvolvimento de uma agenda sobre mulheres e paz não necessariamente converge com as teorias que visam estudar exatamente essa relação, mas, como presente do âmbito crítico, também pensam sobre as

problemáticas do processo de construção da paz criado internacionalmente pela Organização das Nações Unidas. Além disso, é através dos relatórios anuais divulgados pelas Nações Unidas no portal UN WOMEN que é possível, além de se pensar nas aplicabilidades que foram possíveis quanto também sobre a aceitação da agenda para com os países e a comunidade internacional.

### **3.2.1. ANALISANDO O RELATÓRIO ANUAL 2020-2021 E A APLICABILIDADE DA WPS**

Como uma forma de monitoramento dos avanços, e/ou estagnações, do tópicos da Resolução 1325 são disponibilizados relatórios anuais, feitos pela *UN WOMEN* (ONU Mulheres) e, através deles é possível traçar algumas linhas sobre a sua aplicabilidade e real importância no cenário internacional. No ano de 2023 foi divulgado o relatório referente ao ano 2020-2021, sendo esse o mais recente relatório divulgado. Com ele podemos traçar algumas informações e dados importantes que nos ajudam a entender, para além da aplicabilidade, a forma como esta resolução reflete, 20 anos depois, nos processos de construção da paz.

A agenda de Mulheres, Paz e Segurança esteve presente em 74 países, nos quais são separados entre: América Latina e Caribe com 13 países; Estados Árabes, com 10; Ásia e Pacífico, com 14; Europa e Ásia Central, com 11; Leste da África e África Meridional, com 13 e, por fim, Oeste e África Central, com 13 (UN WOMEN, 2023). Além disso, o relatório traz os tópicos principais nos quais a ONU Mulheres engaja e, conseqüentemente seus resultados para com tais agendas. Entre os pontos principais estão: Aconselhamento e defesa de políticas; Prevenção e mediação; Construção e manutenção da paz; Prevenção do extremismo violento; e Reforço do Estado de direito, incluindo o acesso à justiça e a reforma do setor da segurança (2023).

O aconselhamento e defesa de políticas está ligado a um engajamento dos Grupos informais de Experts sobre Mulheres, Paz e Segurança junto ao Conselho de Segurança, grupo esse que se organiza em encontros regulares a fim de discutir a situação de países específicos “proporcionando espaço para membros do Conselho de Segurança de Segurança tomem medidas coordenadas” (UN WOMEN, 2023, p. 25). Este trabalho se organiza através da

[...] colaboração com os atores da sociedade civil gera análises políticas baseadas em dados concretos; também assegura que as mulheres partilhem regularmente as suas perspectivas no Conselho de Segurança, algo que há apenas alguns anos era extremamente raro. (UN WOMEN, 2023, p. 22)

É possível ressaltar como todos os pontos relevantes do relatório se entrelaçam entre si na medida em que, ao final, seu resultado é a apresentação dos dados coletados para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma vez que a organização ONU Mulheres não possui poder para além disso. Assim, ela se sustenta em dados como o aumento da fala de mulheres em conferências, nacionais e internacionais, apresentando dados como 45 mulheres que falaram em conferências específicas de países e 15 que se apresentaram em encontros temáticos, no ano de 2021 (2023). Dados esses que ainda são muito pequenos, uma vez que, ao final, menos de 100 mulheres tiveram voz protagonista durante todo o ano de 2021 somando todas as conferências e encontros temáticos que envolviam de alguma forma paz e gênero, em todo o mundo.

Ainda sim, existem ações efetivas realizadas por meio da influência da agenda para com os Planos Nacionais de Ação, desenvolvidos por diferentes países, voltados para a questão de paz e gênero. No ano de 2017 cerca de 82 países adotavam planos de ação que remetiam às discussões da Resolução 1325, no final de 2021 a lista de países já chegava em 99, cobrindo metade dos países membros da Organização das Nações Unidas (HENDRICKS, 2020; UN WOMEN, 2023).

Quando se pensa nos trabalhos para a prevenção de conflitos e mediação, e a construção da paz, tem-se semelhantes ações, a UN Mulheres, por meio da tentativa de construir habilidades como mediadoras, tenta desenvolver formas de tratar essas questões. O relatório traz alguns exemplos, como o trabalho da organização na Nigéria, promovendo treinamento de mediação de conflitos para as mulheres, e se organizando na construção de uma plataforma entre os atores governamentais e não governamentais. Ao final, como um modelo que se mostrou bem sucedido, começou a ser replicado em outros países (UN WOMEN, 2023).

Na tentativa de uma elaboração concreta sobre a prevenção do extremismo violento o trabalho realizado pela organização segue o caminho dos anteriores, realizando uma consulta online global para se pensar as dimensões de gênero dentro das violências ligadas ao terrorismo. Como resultado, tem-se o

desenvolvimento de recomendações apresentadas ao Estados Membro do Conselho de Segurança, seguindo a ideia de que “a misoginia e os estereótipos de gênero sempre estiveram na linha da frente da ideologia de grupos extremistas violentos” (UN WOMEN, 2023, p. 52). Desse modo, através da consulta e das recomendações desenvolvidas, a organização se engajou em treinamentos para 535 pessoas em países como Bangladesh, Filipinas e Timor Leste com o objetivo de formar um quadro de defensores da paz.

Por fim, a última agenda ligada ao reforço do Estado de direito, incluindo o acesso à justiça e a reforma do setor da segurança seguindo as linhas de se pensar a diferença e distância no acesso à justiça entre mulheres e homens. Como um dos trabalhos teve a parceria, em 2020, da ONU Mulheres e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que utilizou de uma Plataforma de Justiça de Gênero, no qual

alcançou mais de 42.000 pessoas, 84 por cento das quais eram mulheres em 14 contextos afectados por conflitos contextos afectados por conflitos em África e no Médio Oriente [...] [com o objetivo de] abordar toda a gama de violações dos direitos humanos das mulheres e na criação de um ambiente seguro e propício para as mulheres participarem na tomada de decisões e de forma mais alargada. (UN WOMEN, 2023, p. 54-55).

Com isso, se entende um pouco como, de maneira concreta, os avanços previstos na Agenda Mulheres, Paz e Segurança, e conseqüentemente nas resoluções que a seguiram, caminham. Além disso, existem outros exemplos institucionais em diferentes países e regiões que ligam a criação e protagonismo da UNSCR 1325 ao desenvolvimento de política de gênero, como a criação da Política de Gênero da União Africana e a nomeação, pelos Estados Unidos, da primeira mulher como Embaixadora-Geral para as Questões Globais das Mulheres, ambos em 2009, e a própria criação da ONU Mulheres em 2011, desenvolvedora dos relatórios anuais de Paz, Mulheres e Segurança (MILLER, POURNIK, SWAINE, 2014).

Entretanto, é necessário pensar em até que ponto, tais avanços práticos contribuem para um avanço teórico nas discussões sobre mulheres e paz. Para além de um avanço teórico, como tais desenvolvimentos advindos da Agenda Mulheres, Paz e Segurança auxiliam na superação de preconceitos, violências e estereótipos de gênero. Assim, no próximo tópico será discutido tais questões.

### 3.3. CRÍTICAS À ABORDAGEM DE GÊNERO DA ONU DENTRO DA AGENDA

A paz é mais do que a ausência de guerra. Para as mulheres indígenas, significa o fim da discriminação, o respeito pelos direitos humanos, a justiça, a igualdade econômica e a mudança transformadora, tendo a vida humana no seu centro.... As mulheres de todo o mundo mostram-vos diariamente que têm coragem e convicção para lutar pela paz. Hoje, apelamos a que lutem por todos nós. (UN WOMEN, 2023, p. 24)

A fala acima foi feita pela ativista colombiana dos direitos humanos Celia Umenza Velasco e Bineta Diop, da Rede de Mulheres Líderes Africanas (AWLN), para o Conselho de Segurança à distância durante o debate aberto de 2021 sobre as MPS. O desenvolvimento da agenda de Mulheres, Paz e Segurança se pautou no protagonismo das questões de gênero para se entender os cenários de insegurança e conflito. Como mencionado no Capítulo 2 deste trabalho e apresentado na fala da ativista, para se pensar em um processo de paz feminista é necessário pensar nas questões que perpassam todas as esferas das inseguranças de gênero, como a discriminação e os estereótipos de gênero, justiça social, entre outros.

Além disso, como já se sabe, em cenários de crise, os direitos das minorias são as primeiras coisas que regredem, desse modo, sem definições claras, legais e com autoridade sobre as temáticas apresentadas e discutidas em resoluções como a 1325, tais avanços são os primeiros que retrocedem. Assim, os relatórios

nomeadamente têm sido feitos progressos em termos de estruturas e formação, mas que isto não se está a traduzir em progressos reais em termos de uma maior participação significativa das mulheres nos processos de paz e na prevenção da violência contra as mulheres em situações de conflito e não conflito.(HENDRICKS, 2020, p. 02)

O relatório do Secretário-Geral da ONU em 2019 expôs que as mulheres ainda constituem apenas 4,2% do pessoal militar em missões de paz da ONU, o relatório também apresenta níveis recorde de violência política contra mulheres e mais de 50 países em conflito ainda passam por suspeitas de violações e outras formas de violência sexual (HENDRICKS, 2020). Ademais, e mais significativo, entre 2016-2017, de toda ajuda humanitária a contextos de organizações afetadas por conflitos, apenas 0,2% foram para movimentos que lutam pela causa de gênero



(IBIDEM). Tais fatos apenas confirmam que a “realidade que não está à altura dos recursos e esforços investidos no processo para promover a participação das mulheres na paz e segurança.” (HENDRICKS, 2020, p. 03).

Cheryl Hendricks (2020) nomeia alguns motivos que levam a essa falta de concretização de agendas que aparentam ser muito bonitas na teoria. O primeiro deles é a falsa ideia de que a paz e a segurança feminina estão totalmente ligadas a uma paz e segurança geral, mas, como pode-se entender no capítulo anterior, as noções de paz atreladas a gênero ultrapassam os limites da ideia rasa de uma sociedade sem conflitos diretos, caminhando diretamente à ideia de uma justiça social e um desenvolvimento pacífico atrelado ao fim de desigualdades de gênero. Com isso, pode-se facilmente desvincular a ideia de paz e segurança em geral, uma vez que as noções ligadas à paz feminista também refletem sobre mudanças nas relações sociais, uma vez que pensam sobre desigualdades (SANTOS, 2011; CONFORTINI, 2012).

Além disso, é evidente que cada conflito é um conflito, com diferentes origens, motivos e formas de negociação, definir uma única forma ou mesmo uma forma mágica de se colocar o gênero dentro dessas discussões é no mínimo simplista, e no máximo pode gerar mais desigualdades do que efetivamente bons resultados. Hendricks (2020) usa o Sudão como exemplificação de que, um conflito que está diretamente baseado em questões ligadas a violações dos direitos humanos terá menos abertura para a discussão de estabelecimento de um processo de construção da paz com um nível de representação feminina em igualdade.

Paralelamente, a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança e as resoluções subsequentes enfrentam algumas problemáticas relacionadas a questões teóricas que muito já se era debatido sobre as teorias feministas, a presença de mulheres em cenários de conflito e a própria ideia de paz feminista. Primeiramente, a ideia de “gênero” presente a discussão está totalmente atrelada a ideia de “mulher”, como um sinônimo, enquanto a presença da discussão sobre o homem é quase que totalmente apagada, aparecendo apenas como “causador da violência” ou então “vilão” (PACHECO, 2018). Essa ordem, além de excluir toda discussão amplamente debatida pelas feministas sobre o gênero como uma categoria social de análise, que muito além de um termo que evoca traço de caráter ou traços sexuais, evoca “todo um sistema de relações [...] que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1989, p. 07).

Importantes autoras do feminismo como Cynthia Enloe (1990) e Shepherd (2008) apresentam suas críticas à forma como o gênero é apresentado e definido na Resolução. Dado que, retoma totalmente a ideia que as teóricas feministas sobre paz tentam desde o início se desvincular, de uma dicotomia entre o frágil e o indefeso, como sendo as mulheres e as crianças, e os corpos violentos como único e exclusivamente o masculino. Tal ideia apresenta uma desconexão entre o feminino e masculino, reforçando um sistema de relações hierárquicas que, na teoria, deveria ser o principal ponto a se combater quando se pensa em uma agenda sobre Mulheres e Paz (PACHECO, 2018).

[...] esse essencialismo é uma força política perigosa, destinada a reforçar as diferenças e as desigualdades, para sustentar os domínios. Ela opera através de estereótipos que fixam identidades em dualismos eternos: mulher vítima, homem guerreiro (COCKBURN, 1998 apud PUECHGUIRBAL, 2010 p. 173)

Assim, a resolução, mesmo que tendo valor para se reconhecer as mulheres e, de certa forma, validar duas experiências em cenários e guerras, ela “institucionaliza e reproduz conceitos e estereótipos de gênero” (PACHECO, 2018, p. 50). E tal ideia pode ser vista em diferentes perspectivas ao longo do documento desenvolvido na resolução, uma vez que reforça a presença feminina em ocupações tipicamente associadas à mulher, como reconciliação e justiça. Maria Luiza Pacheco (2018) realiza um trabalho de compilação dos principais artigos em que se pode ver essa ideia categorizada do papel feminino, sendo presente, por exemplo, nos artigos 8, 13 e 15.

Desse modo, fica claro ao longo das ideias propostas pela resolução uma ideia ainda muito simplista e estereotipada do papel feminino, tanto nos processos de paz e resolução de conflitos como no próprio cenário internacional. E, para além, é possível perceber que mesmo com o desenvolvimento de várias outras resoluções que partiram da “resolução mãe 1325” com o objetivo de aprofundar determinadas questões, ainda não possuem as ideias anteriormente criticadas como objeto para uma melhor definição e compreensão do compromisso feminino para com a paz.

Um ponto importante que, em conjunto com as críticas anteriores possibilita se entender qual o caminho, teórico e prático, que a Resolução 1325 pretendia levar para o cenário internacional. Durante as quatro páginas do documento final não se encontra, em nenhum momento, a ideia de “antimilitarismo” ideia essa totalmente atrelada a paz feminista, uma vez que uma das abordagens da mesma é entender

sobre como desenvolvimento de uma sociedade militarista reforça estereótipos e violência de gênero, através do reforço das noções dicotômicas, que estão amplamente presentes na resolução (COCKBURN, 2007; PACHECO, 2018).

Por fim, a ênfase de discussão da resolução se dá no contexto de “conflito armado”, isso é, reflete apenas sobre a violência direta, muito internalizada, assim, ao desenvolvimento de uma paz positiva, dado que retoma “ao conceito de paz e de segurança ligados à ausência do conflito armado, ou seja, quando não há conflito armado quer dizer que há violência e segurança” (PACHECO, 2018, p. 56). Dessa forma, a produção não pensa nas ideias de violência indireta e estrutural teorizadas por Galtung e já comum para os Estudos para a Paz e o desenvolvimento de uma paz duradoura, por meio das discussões sobre relações de poder e outras formas de violência que reforçam desigualdades de gênero (ENLOE, 2000).

Com isso, pode-se concluir, como apresenta Pacheco (2018), que a Resolução 1325 - e as subsequentes - retomam um aparelho de peacebuilding, mais de cunho conservador e liberal, retomando as perspectivas liberais, tanto dentro das Relações Internacionais quanto nos Estudos para a Paz e no feminismo. Além disso, possuem uma localização marcada no norte global e demonstra posições ainda pouco contundentes com os processos e necessidades de outras partes do mundo e que, contraditoriamente, são as regiões que mais passam por conflitos armados e fizera uso das resoluções como um motor para a tentativa de se tornar mais abrangente e, conseqüentemente, desenvolver uma paz mais ampla.

Assim, do mesmo modo que Cockburn (2007) fala quando expõe que a falta do uso de anti militarismo é esperado, uma vez que a resolução e a própria ONU não possuem a capacidade de criticar as ações dos Estados Unidos, então não conseguiriam criticar a masculinidade. Entretanto, para além disso, a clara noção da falta de crítica dos Estados Unidos nos possibilita entender também o poder que países hegemônicos como ele possuem dentro dos processo da organização e, conseqüentemente nos processos de paz que se desenvolvem de uma forma a estabelecer um Estado sem conflitos armados que consigam participar da ordem mundial e, se tornar mais um aliado/zona de influência.

Desse modo, mesmo com o desenvolvimento de teorias que, além de melhor relacionarem o papel das mulheres no processo de paz, a agenda hegemônica de paz ainda pensa de maneira simplória na relação de mulher como vítima e homem como vilão, silenciando diversas discussões de masculinidade e desigualdades e,

acima de tudo, dando foco para teorias que pouco se relacionam com a realidade de fato dos territórios em conflito.

Além disso, fica claro uma falta de coordenação entre o desenvolvimento e uma agenda sobre mulheres e paz e a utilização de teorias feministas para a paz, que desenvolvem de forma crítica essa relação. Assim, como um projeto de desvincular de maneira profunda o discurso da paz ligado historicamente a determinadas ideologias, os movimentos realizados pouco bebem das teorias críticas e, de forma pragmática, desenvolvem determinadas questões que, aos olhos das teorias feministas sobre paz, se colocam muito caras. Entre elas tem a rasa noção de gênero como um sinônimo de mulher e o estabelecimento de uma noção de paz mais próxima à paz negativa, uma vez que a maior problemática está ligada à questão de “conflitos armados”, não tendo espaço para se pensar outros tipos de violência, como a estrutural e cultural.

### **3.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Neste capítulo foi possível ver como questões referentes à paz e mulheres estão presentes nos processos e resoluções da Organização das Nações Unidas, bem como entender sobre a aplicabilidade das teorias feministas para a paz e das preocupações discutidas por tais. Para isso foi necessário pensar um pouco sobre os antecedentes que trouxeram a pauta de mulheres e paz para o vocabulário das Nações Unidas, para que depois fosse possível entender e pensar sobre a Agenda mais famosa que relaciona as mulheres e a paz e, conseqüentemente, por meio dos antecedentes entender alguns processos desenvolvidos por tal Agenda. Isso foi possível através da análise do último relatório anual sobre Mulheres, Paz e Segurança para que fosse pudesse relacionar com os processos pretendidos pela paz feministas e assim focar em algumas críticas das principais feministas para tal processo.

A Década das Mulheres da Nações Unidas foi estabelecida através da primeira Conferência Internacional para as Mulheres, realizada em 1975, ano esse considerado o Ano Internacional das Mulheres. Além dessa primeira conferência, foram realizadas mais duas no período entre 1975 e 1985, na qual tiveram temáticas e focos diferentes mas que, ao final, tinham um objetivo igual de se pensar a igualdade, desenvolvimento e paz. Como uma conferência que visava uma

presença mundial, em um período de grande separação do mundo, em dois blocos ideológicos principais, suas realizações foram marcadas por hostilidades mas também possibilitaram o desenvolvimento de um diálogo entre as temáticas para as mulheres do bloco socialista, do bloco capitalista e das nações de desenvolvimento tardio, que eram colocados como a parte.

A melhor forma de se perceber essa primeira virada de olhar para as mulheres e a paz, vem 15 anos depois, com o desenvolvimento, por meio do Conselho de Segurança da Resolução 1325, que ficou globalmente conhecida como a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança. Tal agenda surge com o objetivo de pensar a participação das mulheres nos processos de paz, bem como expõe a necessidade de se pensar nas prevenções e métodos de proteção de meninas e mulheres em cenários pós conflito. Ela marca também o início de uma série de outras resoluções relacionadas à temática, que vieram com objetivo principal de aprofundar determinadas questões apenas citadas na primeira UNSCR 1325.

Como um projeto de longa aplicação, foi criado a ONU Mulheres. Com o objetivo principal de monitoramento dos objetivos principais das resoluções através de relatórios anuais que, de uma maneira muito idealizada e bonita, apresentam os avanços da agenda por meio de Planos de Ações criados por diversos países com base nos objetivos da WPS e outras formas de se medir esses progressos. Entretanto, ainda de forma muito pequena, as intenções da agenda possuem diversas limitações de resultados e aplicabilidade.

Foi importante, assim delinear as ideias presentes na Agenda para se entender que, como teorias que desafiam a ordem é possível perceber ainda uma grande relutância em se entender os Estudos para a Paz por meio de perspectivas feministas e seu trabalho no desenvolvimento de uma paz duradoura e mais democrática. Uma vez que, tais teorias caminham dentro dos objetivos da Agenda WPS em vários momentos, como ao se pensar cenários que possibilitem uma maior segurança e liberdade para a mulher e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma paz positiva. Entretanto ainda se observa a resistência das nações hegemônicas em reconhecer teorias que, em sua maioria, criticam os processos que os mesmo desenvolvem. A paz necessita do reconhecimento do que geram os conflitos e, em sua maioria, há jogos de interesses dos mesmos países que comandam o desenvolvimento desses processos de se pensar a paz.

## CONCLUSÃO

O trabalho desenvolveu de forma breve os conceitos de Estudos para a Paz e Teoria Feminista para a Paz, delineando seus antecedentes históricos, processos e críticas para com as teorias, a fim de desenvolver uma análise crítica da Agenda sobre Mulheres e Paz na Organização das Nações Unidas. Seu primeiro capítulo contou com os antecedentes dos Estudos para a Paz, no qual confirmaram a presença da ideia de paz desde que se entende a sociedade como sociedade, pensar sobre como se acabar com os conflitos e a guerra sempre estiveram presentes nas discussões de determinados grupos. Entretanto é apenas no século 20, com as grandes guerras e a institucionalização das Relações Internacionais como área de estudos que os Estudos para a Paz se instituíram como teoria, tentando buscar, junto a reforma behaviorista, um caráter científico.

Dessa forma, como ficou claro no primeiro capítulo, os Estudos para a Paz primeiramente se organizaram focando no conflito e na resolução do mesmo, foi apenas com o fim da Guerra Fria que as agendas de paz se ampliaram para se pensar novas noções de paz. Um dos pais dos Estudos para a Paz, Johan Galtung, trabalhou a fim de conceitualizar ideias importantes para a área, como categorizar as diferentes formas de violência e paz, além de auxiliar no entendimento de noções importantes como *peacebuilding*, *peacekeeping* e *peacemaking*. Com isso foi possível entender as diferenças entre essas novas agendas e as questões mais fechadas de paz.

Já o segundo capítulo se debruçou em entender as teorias feministas nas Relações Internacionais, para que fosse possível entender como se deu a formação de uma teoria feminista para a paz. No qual se desenvolve a fim relacionar as violências de gênero com as proposições para paz, com isso, tem-se a plena confirmação da relação eminente entre a paz e o feminino. Da mesma forma, vinculado a uma noção de colonialidade de gênero, se percebe a formalização de uma teoria da paz feminista, que caminha a fim de se pensar a paz em um conceito micro.

Estados em paz, seguindo uma noção de paz liberal, não necessariamente representam um ambiente de segurança para as mulheres. Isso se dá devido aos inúmeros processos de violência, desigualdade e pressão para com o corpo feminino, e conseqüentemente, uma pressão de agir do masculino. Assim, a teoria

feminista para a paz tem o objetivo de também pensar nesses processos, não apenas em ambientes em conflito direto (e indireto). Assim, as teorias feministas, como uma comprovação de sua legitimidade, desenvolvem uma metodologia própria, baseada na escuta e no silêncio, a fim de pensar, como apresentado anteriormente, nos cenários em conflito mas também nos cenários pós conflito e mesmo sem uma denominação de conflito direto. As teorias feministas, assim como as teorias que tratam do que normalmente é silenciado passam por um processo de apagamento, silenciamento e marginalização. Vale ressaltar, como colocado em todas as vezes citada, a existência de teoriaS feministaS, isso é, uma grande gama de formas de se pensar o feminino, o mesmo se dá para as teorias feministas para a paz.

Assim como as teorias das RI, algumas teorias feministas representam uma maior aceitação que outras. A teoria liberal dentro dos Estudos para a Paz representa um projeto institucional de se pensar a paz de forma rasa, pelo mero contraponto com a guerra, entendendo a paz como a paz negativa e entendendo que a simples finalização de um conflito possibilita que uma sociedade se desenvolva em paz. A teoria feminista liberal caminha em passos parecidos ao entender que apenas com o estabelecimento de uma igualdade entre homens e mulheres, nos cargos e posições, se supera as desigualdades de gênero. Tais teorias moldam a formação dos processos de construção da paz e, além do mais, moldam as resoluções da Organização das Nações Unidas para se pensar a paz e o gênero

Desse modo, no terceiro capítulo é possível perceber a tentativa de se ver como as questões da paz feminista é abordada em conferências e resoluções das Nações Unidas. Fica claro, no final, um privilégio de teorias liberais, que muito ligadas à paz negativa, acreditam que a presença de mulheres nos processos já é uma forma efetiva de se promover a igualdade entre homens e mulheres. Entretanto, como exposto nas críticas aos resultados das resoluções é possível ver que essa efetividade é, na verdade, falsa, uma vez que mesmo pensando no papel feminino pragmaticamente, os resultados apresentados no relatório anual mostram poucos avanços em relação ao início da Agenda, 20 anos atrás.

A partir disso, fica claro que se pensar sobre mulheres sem trazer reflexões teóricas sobre o lugar que elas ocupam e, acima de tudo, os estereótipos e desigualdades de gênero apenas leva ao desenvolvimento de um pensamento raso

e simplório, que pouco tem a contribuir para o estabelecimento de uma agenda com um trabalho transformador. É necessário, ademais de se falar nas mulheres, entender a posição masculina nessas questões, entendendo que os estereótipos de gênero os influencia e cria uma continuidade de violências.

Com isso, retoma-se a pergunta trazida no título e na introdução: a paz tem rosto de mulher? Talvez para uma teoria feminista liberal sobre paz, a paz realmente pode ser colocada como feminina, entretanto ao longo da problematização do trabalho é possível concluir que pensar a paz como algo ligado ao gênero vai na contramão das teorias feministas, críticas, sobre paz. Uma vez que, ligar a paz ao feminino reforça estereótipos de gênero que tem como papel manter a mulher no meio doméstico do cuidado e o homem no meio externo e da violência, dado que, de maneira lógica dicotômica, ao se colocar a mulher como o rosto da paz, ao homem é imposto a guerra.

Este trabalho se conclui, então, pela importância de se entender que a paz, para que seja duradoura e verdadeira, precisa ser construída a partir da superação de desigualdades e estruturas muito bem estabelecidas na sociedade. Desse modo, discutir a paz não é e não pode ser um processo confortável e em concordância com os grandes pensamentos já desenvolvidos. Assim, para além do que discutido ao longo do texto, é possível ver uma gama de temas a serem aprofundados e investigados entendendo a paz como um movimento complexo e em constante mudança. Para que assim seja possível superar desigualdades e estereótipos, uma vez que nem a paz nem a guerra tem rosto, mas ambas representam espaços de exclusão e marginalização de determinados tipos de rostos, corpos e indivíduos.



## REFERÊNCIAS

AHALL, L. Affect as methodology: feminism and politics of emotions. *Int. Polit. Sociol.* v.1 n.12, 2018. p. 36–52.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A Guerra não tem Rosto de Mulher**. Companhia das Letras, 1º edição, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-33522013000200004>.

\_\_\_\_\_. Para uma abordagem feminista e pós-colonial das Relações Internacionais no Brasil. In: TOLEDO, Aureo. (Org.). **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2021, p. 179-204. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32744>

BELLAMY, Alex L.; WILLIAMS, Paul D. **Understanding Peacekeeping**. Cambridge: Polity, 2010.

BJÖRKDAHL, Annika *et al.* Methodologies for feminist peace research. In: VÄYRYNEN, Tarja *et al.* **Routledge Handbook of Feminist Peace Research**. Oxfordshire: Routledge, 2021. p. 40-51.

BLANCO, Ramon. El mantenimiento de la paz al proceso de formación del Estado: un esbozo de los esfuerzos de la ONU para la paz internacional. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 216, n. 2, p. 266-318, jun. 2014.

BOUTROS-GHALI, Boutros, "Uma Agenda para a Paz", documento A/47/ 277 de 17 de junho de 1992

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. USO DA FORÇA NAS OPERAÇÕES DE PAZ: solução ou problema?. In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 2012. Cap. 2. p. 49-68.

BROWN, S. Feminism, international theory, and international relations of gender inequality. *Millennium*, v.3 n.17, 1988. p. 461 -475.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Power of Mourning and Violence**. Verso, London and New York. 2004.

BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W.. Introduction. In: MESMA. **Feminists Theorize The Political**. Nova York: Routledge, 1992.

CARROLL, Berenice A. Peace research: the cult of power. *J. Conflict Resolut.* v. 16 n. 4. 1972. p. 585–616.

CASTRO, Susana de. Feminismo Decolonial. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 52, p. 214-220, abr. 2020.

CHABAN, Stephanie. UN Decade for Women. **The Wiley Blackwell Encyclopedia Of Gender And Sexuality Studies**, [S.L.], p. 1-3, 21 abr. 2016. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/9781118663219.wbegss340>.

COCKBURN, C. **From where we stand: War, women's activism and feminist analysis**. London: Zed Books. 2007.

CONFORTINI, Catia Cecilia. Feminist contributions and challenges to peace studies. Oxford Res. Encycl. Int.Stud. oxfordre.com/internationalstudies. 2010.

\_\_\_\_\_. **What Is Feminist Peace?** Intelligent Compassion, p. 3-18, 31 ago. 2012. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199845231.003.0001>.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Theory. **Millennium**. 126–155, 1981.

ENLOE, Cynthia. The International Politics of Militarizing Women's Lives. California: University of California Press. 2000.

\_\_\_\_\_. **The curious feminist**: searching for women in a new age of empire. California: University Of California Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics** (2nd ed.). University of California Press. 2014

FERREIRA, Marcos Alan S. V. As Origens dos Estudos para a Paz e seus Conceitos Elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **Estudos para a Paz: conceitos e debates**. São Cristóvão: Editora Ufs, 2019. p. 47-83.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal Of Peace Research**, Oslo, v. 6, n. 3, p. 167-191, set. 1969. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/002234336900600301>.

\_\_\_\_\_. Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking and Peacebuilding. In GALTUNG, Johan (Ed.) **Essays in peace research**, vol. 2. Copenhagen: Ejlers, 1976, Capítulo II, p. 282-304.

\_\_\_\_\_. **Peace Theory**: An Introduction. World Encyclopedia of Peace, [S. I.], p. IV:274-283, 1999.

GHODSEE, Kristen. Revisiting the United Nations decade for women: brief reflections on feminism, capitalism and cold war politics in the early years of the international women's movement. **Women'S Studies International Forum**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 3-12, jan. 2010. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.wsif.2009.11.008>.

GOMES, Aureo de Toledo. DA PAZ LIBERAL À VIRADA LOCAL: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 2, n. 3, p. 46-76, dez. 2013.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 63–79.

GUERRA, Lucas. Modernidade/Colonialidade e Relações Internacionais: Desvelando a “Colonialidade da Paz” na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). In: ROCHA, Paulo Henrique Borges; MAGALHÃES, José Luiz Quadros; OLIVEIRA, Patrícia Miranda (Orgs.). **Decolonialidade a partir do Brasil**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020. (Coletânea - Volume IV). Disponível em: <<https://amzn.to/3aGtcXk>>.

HAMILTON, Cynthia. Women, home, and community. Woman of power: **A magazine of feminism, spirituality and politics**. 1991. p. 42-43

HENDRICKS, Cherly. A Agenda Mulheres, Paz e Segurança: 20 anos depois. **Série Diálogo Feminista**, Fes, p. 1-8, dez. 2020.

KEMER, Thaíse; PEREIRA, Alexsandro Eugenio; BLANCO, Ramon. A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 60, p. 137-150, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316246006>.

LAU, Nycolas Candido da Silva. COLONIALIDADE DA PAZ: esforços ameaçados pelo eurocentrismo em um estudo da educação como ferramenta de paz. **Cadernos de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 2019, n. 1, p. 46-68, 14 de maio de 2019. Faculdades Catolicas. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.cadri.37924>.

LOUIS, Fouchard. **A PAZ COMO COLONIALIDADE DO PODER: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ NO HAITI (2004-2017)**. 2022. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal da Integração Latina Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 1, n. 9, p. 73-101, jun. 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 80, p. 71–114, 2008.

MCLEOD, Laura; O'REILLY, Maria. Critical peace and conflict studies: feminist interventions. **Peacebuilding**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 127-145, 20 mar. 2019. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/21647259.2019.1588457>.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediencia epistémica**: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MILLER, Barbara; POURNIK, Milad; SWAINE, Aisling. Women in Peace and Security through United Nations Security Resolution 1325: literature review, content analysis of national action plans, and implementation. **Institute For Global And International Studies**, Washington, 2014.

MORGENTHAU, H. The Intellectual and Political Functions of Theory. In: DERIAN, Der J. **International Theory: Critical Investigations**. p. 36–52. New York: New York University Press, 1995.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Perspectivas alternativas: feminismo e

pós-colonialismo. In: \_\_\_\_\_. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Gen Atlas, 2005. Cap. 8. p. 187-220.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-172, 30 abr. 2017. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v12n1.2017.611>.

OLIVEIRA, G. C.; NASCIMENTO SILVA, L.; LOYOLLA KUHLMANN, P. R. A confluência entre virada local e virada estética nos estudos para a paz: uma abordagem heterodoxa para a consolidação da paz. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e1095, 2021. DOI: 10.21530/ci.v16n1.2021.1095. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1095>. Acesso em: 4 out. 2023.

OLIVEIRA, Gabriela Aparecida de; VALDIVIESO, Cristian Daniel. El poder de la representación en las Relaciones Internacionales: un análisis desde los feminismos poscoloniales y decoloniales. **Perspectivas**: Revista de Ciencias Sociales, S.I, v. 7, n. 13, p. 353-376, jun. 2022.

ONU. Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality Development and Peace, Copenhagen, 14 to 30 July 1980 New York: United Nations. 1980.

ONU. United Nations, Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace, Nairobi, 15–26 July, 1985 New York: United Nations. 1986.

ONU. Department of Peacekeeping Operations. **United Nations peacekeeping**: principles and guidelines. New York: ONU, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. São Francisco, 1945.

PACHECO, Maria Luiza Pereira. **A Participação das Mulheres nos processos de paz**: uma perspectiva de gênero à luz da resolução 1325 sobre mulheres, paz e segurança.. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

PNUD: Human Development Report, New York, Oxford University Press. 1994.

PORTOLÉS, Carmen Magallón. De La Reclamación de la Paz a la Participación en las Negociaciones: el feminismo pacifista. In: FUNDACIÓN SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN PARA LA PAZ DE ZARAGOZA, 9., 2007. **Feminismo/s**. 2007. p. 15-30.

PUECHGUIRBAL, Nadine. Discourses on Gender, Patriarchy and Resolution 1325: a textual analysis of un documents. **International Peacekeeping**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 172-187, abr. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13533311003625068>.

PUREZA, José Manuel; MOURA, Tatiana. Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum. **Revista Portuguesa de História**, n. 37, p. 45-63, 2005. Coimbra University Press. [http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147\\_37\\_3](http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_37_3).

PUREZA, José Manuel. **O desafio crítico dos estudos para a paz**. Relações Internacionais: Guerra e Paz, Lisboa, p. 05-22, dez. 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: CLACSO (comp.). **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: 2014, 2014. p. 777-832. (Colección Antologías).

\_\_\_\_\_. **Colonialidad y modernidad-racionalidad**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>, 2005.

RICHMOND, Oliver P. **The problem of peace: understanding the 'liberal peace'**. Conflict, Security and Development, 2006, vol. 6, n. 3, p. 291-314.

\_\_\_\_\_. **A Genealogy of Peace and Conflict Theory**. In: \_\_\_\_\_. Palgrave Advances in Peacebuilding: Critical Developments and Approaches. London, Palgrave, 2010. p. 14–38.

\_\_\_\_\_. **Peace: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

\_\_\_\_\_. **Peace in international relations**. 2. ed. Nova York: Routledge, 2020.

ROBERTS, Barbara. The death of machothink: feminist research and the transformation of peace studies. **Feminist Stud.** v.7 n.4, 1984. p. 195–200.

ROGERS, Paul; RAMSBOTHAM, Oliver. **Then and now: Peace research - Past and future**. **Political Studies**. Blackwell Publishers, , 1999. DOI: 10.1111/1467-9248.00229.

SANTOS, Rita. Perspectivas feministas e pensamento sobre e para a paz: (re)conhecer as violências e resgatar as pazes. **Oficina do Ces**, Coimbra, v. 363, n. 1, p. 1-16, fev. 2011.

SARFATI, Gilberto. Capítulo 5: Realismo Clássico. Capítulo 7: Realismo Moderno. In: \_\_\_\_\_. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 37-45 101-109.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Dabat, Maria Betânia Ávila.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial\*. **E-Cadernos Ces**, n. 18, p. 106-131, 1 dez. 2012. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/eces.1533>.

SJOBORG, Laura; TICKNER, J. Ann. Feminist Perspectives on International Relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; A SIMMONS, Beth (ed.). **Handbook of International Relations**. 2. ed. São Paulo: Sage Publications Ltd, 2012. p. 275-291.

STEPHENSON, Carolyn M.. FEMINISM, PACIFISM, NATIONALISM, AND THE UNITED NATIONS DECADE FOR WOMEN. **Women'S Studies Int. Forum**, [s. 1], v. 5, n. 3/4, p. 287-300, dez. 1982.

SYLVESTER, C. **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TANNEN, D. **You Just Don't Understand**: Women and Men in Conversation. New York: William Morrow, 1990.

TICKNER, J. Ann. You just don't understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, 1997. p. 611 – 632. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2600855>

UN, Security Council. Resolution 1325 on Women, Peace and Security. 2000. [https://undocs.org/S/RES/1325\(2000\)](https://undocs.org/S/RES/1325(2000))

UNWOMEN. Women, Peace and Security 2020-2021 Report, 2022.

WALLENSTEEN, P. The growing peace research agenda. **Kroc Institute Occasional Paper #21**, Op. 4, South Bend: Univ. of Notre Dame, 2001.

WARREN, Karen J.; CADY, Duane L.. Feminism and Peace: seeing connections. **Hypatia**, v. 9, n. 2, p. 4-20, abr. 1994.

WIBBEN, Annick T.R.. GENEALOGIES OF FEMINIST PEACE RESEARCH: themes, thinkers, and turns. In: VÄYRYNEN, Tarja *et al* (ed.). **ROUTLEDGE HANDBOOK OF FEMINIST PEACE RESEARCH**. Nova York: Routledge, 2021. p. 17-28.

WIBERG, Håkan. Investigação para a Paz: passado, presente e futuro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 71, p. 21-42, 1 jun. 2005. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.1013>.

YOUNG, Nigel. Concepts of Peace: from 1913 to the present. **Ethics & International Affairs**, v. 27, n. 2, p. 157-173, 2013. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0892679413000063>.